

1 ERRADICAÇÃO
DA POBREZA



2 FOME ZERO E
AGRICULTURA
SUSTENTÁVEL



3 SAÚDE E
BEM-ESTAR



4 EDUCAÇÃO DE
QUALIDADE



5 IGUALDADE
DE GÊNERO



6 ÁGUA POTÁVEL
E SANEAMENTO



7 ENERGIA ACESSÍVEL
E LIMPA



8 TRABALHO DECENTE E
CRESCIMENTO
ECONÔMICO



9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO
E INFRAESTRUTURA



10 REDUÇÃO DAS
DESIGUALDADES



11 CIDADES E
COMUNIDADES
SUSTENTÁVEIS



12 CONSUMO E
PRODUÇÃO
RESPONSÁVEIS



13 AÇÃO CONTRA A
MUDANÇA GLOBAL
DO CLIMA



14 VIDA NA
ÁGUA



15 VIDA
TERRESTRE



16 PAZ, JUSTIÇA E
INSTITUIÇÕES
EFICAZES



17 PARCERIAS E MEIOS
DE IMPLEMENTAÇÃO



RELATÓRIO DE DESEMPENHO DO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

ANO
BASE
2020



TO sustentável



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE TOCANTINS

GESTÃO 2019-2021

Desembargador **HELVÉCIO DE BRITO MAIA NETO**
Presidente

Desembargadora **ÂNGELA MARIA RIBEIRO PRUDENTE**
Vice-Presidente

Desembargador **JOÃO RIGO GUIMARÃES**
Corregedor-Geral da Justiça

Desembargadora **ETELVINA MARIA SAMPAIO FELIPE**
Vice-Corregedora-Geral da Justiça

Desembargador **JOSÉ DE MOURA FILHO**
Desembargador **MARCO ANTHONY STEVESON VILLAS BOAS**
Desembargadora **JACQUELINE ADORNO DE LA CRUZ BARBOSA**
Desembargador **EURÍPEDES DO CARMO LAMOUNIER**
Desembargadora **MAYSA VENDRAMINI ROSAL**
Desembargador **PEDRO NELSON DE MIRANDA COUTINHO**

Juiz convocado
JOSÉ RIBAMAR MENDES JÚNIOR
(Em substituição ao Desembargador Amado Cilton Rosa)

Juiz convocado
JOCY GOMES DE ALMEIDA
(Em substituição ao Desembargador Ronaldo Eurípedes)

COMISSÃO GESTORA

Plano de Logística Sustentável

Desembargadora **ÂNGELA MARIA RIBEIRO PRUDENTE**
Presidente

Desembargador **PEDRO NELSON DE MIRANDA COUTINHO**

AGNES SOUZA DA ROSA
DÉBORA REGINA HONÓRIO GALAN
GLACIELLE BORGES TORQUATO
KÊNIA CRISTINA DE OLIVEIRA
LEILA MARIA DE SOUZA JARDIM
LUCIANO LIMA DE OLIVEIRA
MARIA DAS DORES
SPENCER VAMPRÉ

GRUPOS EXECUTIVOS DO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL DO PODER JUDICIÁRIO DO TOCANTINS

Para viabilizar a execução do Plano de Logística Sustentável, foram criados pela Portaria TJTO 1.956, de 23 de setembro de 2019, os Grupos Executivos compostos pelas Unidades administrativas do Tribunal de Justiça, subdivididos em:

1) Grupo executivo de compras e contratações sustentáveis: bens de consumo, descartáveis, vigilância e limpeza: Diretoria Administrativa (DIADM), Diretoria de Infraestrutura e Obras (DINFR), Diretoria de Tecnologia da Informação (DTINF) e Assessoria Militar da Presidência (ASMIL).

2) Grupo executivo de consumo de recursos naturais: água, energia, resíduos, combustíveis, reformas e construção: Diretoria de Tecnologia da Informação (DTINF), Diretoria de Gestão de Pessoas (DIGEP), Diretoria Administrativa (DIADM) e Diretoria de Infraestrutura e Obras (DINFR).

3) Grupo executivo de consumos de recursos administrativos: impressões e telefonia Diretoria de Tecnologia da Informação (DTINF) e Diretoria Administrativa (DIADM).

4) Grupo executivo de qualidade de vida no ambiente de trabalho, comunicação e capacitação para sustentabilidade: Diretoria de Gestão de Pessoas (DIGEP), Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), Corregedoria-Geral da Justiça (CGJUS) e Diretoria do Centro de Comunicação Social (CECOM).

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 6^{pág}

1-INTRODUÇÃO 7^{pág}

2-METODOLOGIA 9^{pág}

PAINEL DE RESULTADOS DOS INDICADORES ESTRATÉGICOS SOCIOAMBIENTAL E ECONÔMICO DO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL 11^{pág}

Variáveis Gerais 11^{pág}

Papel 14^{pág}

Copos Descartáveis 15^{pág}

Água Envasada em Embalagem Plástica 16^{pág}

Impressão 18^{pág}

Telefonia 20^{pág}

Energia Elétrica 22^{pág}

Água e Esgoto 24^{pág}

Gestão de Resíduos 25^{pág}

Reformas 26^{pág}

Limpeza 27^{pág}

Vigilância 28^{pág}

Veículos 29^{pág}

Combustível 32^{pág}

Qualidade de Vida 34^{pág}

Capacitação Socioambiental 36^{pág}

3-PAINEL DE RESULTADOS DAS AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS 37^{pág}

QUADRO RESUMO PLS-PJTO 2020 – EVOLUÇÃO DOS QUANTITATIVOS DE CONSUMOS E DE QUALIDADE DE VIDA E CAPACITAÇÃO SOCIOAMBIENTAL 46^{pág}

QUADRO RESUMO PLS-PJTO 2020 – EVOLUÇÃO DOS GASTOS DE CUSTEIO (R\$) 47^{pág}

AÇÕES A SEREM EXECUTADAS NO CICLO 2.021 DO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL 48^{pág}

CONSIDERAÇÃO FINAIS 50^{pág}

APRESENTAÇÃO

A sustentabilidade é hoje um conceito que encontra coros nas mais diversas áreas de desenvolvimento, traduzindo-se como equilíbrio entre o suprimento das necessidades humanas e a preservação dos recursos naturais. Mais do que isso, a sustentabilidade é fundamental para o próprio desenvolvimento humano. Nós do Judiciário sabemos da relevância de se trabalhar alinhados a ações de proteção ao meio ambiente, que geram também economicidade e mais qualidade de vida a todos. E foi alicerçado por esse pilar que pudemos plantar e colher resultados que ilustram bem a relevância do brilhante trabalho desenvolvido a partir das diretrizes estabelecidas pelo Núcleo de Gestão Socioambiental (Nuges), via Plano de Logística Sustentáveis (PLS), conduzido com sucesso pela presidente de sua Comissão Gestora, a desembargadora Ângela Prudente. Magistrados e servidores puderam acompanhar de perto todas as atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Gestão Socioambiental, por meio de palestras desenvolvidas no Projeto Justiça Cidadã, que tiveram o especial objetivo de desenvolver, em cada um, um pensamento e comportamento sustentáveis.

Todo esse movimento trouxe resultados que levaram o Judiciário tocantinense a ser destaque no 4º Balanço Socioambiental do Poder Judiciário, formatado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ao obter a melhor performance entre todos os tribunais do país em Capacitação Socioambiental, um dos 14 indicadores mínimos que integram o levantamento nacional. Não podemos esquecer de destacar, entre outras ações levadas a efeito sob a âncora do Plano de Logística Sustentáveis (PLS), o lançamento do Projeto Coleta Seletiva Solidária no último dia 29 de janeiro, dentro das recomendações do CNJ, que representa um avanço histórico para o Judiciário tocantinense em ações socioambientais. Mais do que isso, semeia o caminho para o incremento das iniciativas já levadas a cabo e, melhor, projeta a expansão de outras iniciativas com o mesmo propósito, beneficiando o Judiciário como um todo e, por extensão, a sociedade tocantinense.

Desembargador **HELVÉCIO DE BRITO MAIA NETO**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins



INTRODUÇÃO

Apresentamos o quinto Relatório de Desempenho do Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário do Tocantins (PLS), ano-base 2020, no qual consta o resultado da execução das ações, das metas e dos indicadores. O Relatório foi elaborado pela Comissão Gestora do PLS em conjunto com o Núcleo de Gestão Socioambiental, com base nas informações prestadas pelas diretorias e setores administrativos.

O desempenho alcançado reflete o empenho e o compromisso com a gerência aperfeiçoada da Política de responsabilidade socioambiental sendo dispensada especial atenção ao aspecto econômico, tendo em vista a mudança de cenário ocorrida em virtude do advento do estado de calamidade pública provocado pela Pandemia Coronavírus (COVID-19).

Os resultados demonstram o alcance e a transversalidade dos aspectos inerentes à sustentabilidade. Na esfera econômica, o PLS se mostrou como valioso instrumento de gestão estratégica administrativa ao apresentar dados de série histórica do gasto e do consumo que servirá como suporte na análise de cenários futuros para que os gestores possam traçar a sua estratégia organizacional, tendo como premissas uma visão sistêmica amparada no conhecimento histórico e na responsabilidade pela tomada de decisões.

Na sessão 2 - Painel de Resultados dos Indicadores Estratégicos com foco Social, Ambiental e Econômico, está demonstrado o resultado do monitoramento dos cento e dezessete indicadores do PLS-PJTO, efetuado mensalmente pelo Núcleo de Gestão Socioambiental. O monitoramento foi realizado com utilização do Sistema de Informação e Gestão da Informação (SIGA) e com base nas informações lançadas pelas diretorias e setores administrativos.

As execuções das ações do Plano de Logística Sustentável produziram boa colheita de resultados, dentre estes, o alcance da economia de despesas na ordem de R\$ 4.557.204,35. Este resultado é fruto de diversas ações adotadas, tais como a redução das atividades laborais na modalidade presencial e a adoção de contratações mais sustentáveis, sendo priorizados investimentos direcionados para o ganho de eficiência e a redução de despesas continuadas que proporcionará a sustentação necessária para o futuro deste Órgão.

Na sessão 3 - Painel de Resultados das Ações Socioambientais está elencado o resultado das ações realizadas pelo Núcleo de Gestão Socioambiental, Corregedoria-Geral da Justiça, Comissão de Acessibilidade e Inclusão, Grupos Executivos do PLS e demais magistrados, servidores e força de trabalho auxiliar para o alcance das metas propostas, recebendo especial tratamento os projetos de eficiência energética e hídrica, de educação socioambiental e de reformas.

No pilar da responsabilidade socioambiental estão incluídos os temas, indicadores e metas relacionadas à qualidade de vida no trabalho, educação socioambiental, vigilância, inclusão de pessoas com deficiência e as ações so-

lidárias as quais estão demonstrando grandes avanços ao longo dos ciclos de execuções do PLS.

Sob o olhar da sustentabilidade ambiental, foram incluídos os temas, indicadores e metas relacionadas à gestão de resíduos sólidos, recursos hídricos e energéticos, serviços de limpeza e conservação, gerenciamento da frota de veículos, combustível, reformas, serviços de telefonia e de impressão, contratação sustentável.

Na sessão 4 - Quadro Resumo foram referenciados os mais significativos resultados alcançados sob o aspecto de economia de recursos financeiros, que poderão servir de fonte para repensar a estratégia socioambiental a ser adotada no próximo ciclo de execução do PLS e auxiliar a gestão na tomada de decisões.

A expectativa para o próximo biênio de execução do PLS é a de continuarmos a enfrentar o grande desafio de alinharmos as ações constantes do PLS aos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas – Agenda 2030. De tal modo, atender às diretrizes da Estratégia Nacional traçada pelo Conselho Nacional de Justiça. O escopo, no entanto, continuará sendo: garantir a cidadania por meio da distribuição de uma justiça célere, segura e efetiva sem deixar de observar os princípios que regem a sustentabilidade em todas as suas dimensões.

Desembargadora **ÂNGELA MARIA RIBEIRO PRUDENTE**

Presidente da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável

O Relatório de Desempenho, ano-base 2020, está estruturado com capa, descrição da Gestão 2019-2021, composição da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável e dos Grupos Executivos, Apresentação, Introdução, Sumário, Metodologia, Painel de resultados dos indicadores socioambientais, Painel de resultados da execução das ações, Quadro Resumo de resultados dos gastos, consumo e total de ações realizadas, Painel das ações que serão executadas em 2021 e Considerações Finais.

Para execução da estratégia socioambiental pelos setores responsáveis, foram planejadas 86 ações distribuídas em 10 Planos de ação. As categorias de temas tratados foram gestão de materiais de consumo de copos descartáveis, água engarrafada, papel, água, impressão, energia elétrica, gestão de resíduos, qualidade de vida, serviços de telefonia e transmissão de dados, reformas, educação socioambiental, combustível, frota de veículos, serviços de limpeza e de vigilância.

O monitoramento mensal da execução das ações foi efetuado pelo Núcleo de Gestão Socioambiental, via sistema eletrônico de informações administrativas – SEI, junto às diretorias, comarcas e setores administrativos responsáveis pela execução.

Para medir o desempenho socioambiental dos indicadores socioambientais e econômicos, foram estabelecidas metas quantitativas de redução e de aumento de índices de alguns indicadores, bem como para o total de ações realizadas sobre os temas de Qualidade de vida e Capacitação Socioambiental.

Os parâmetros para aferição dos resultados das metas foram de redução, aumento ou manutenção dos índices em relação ao ano de 2019. Os conceitos utilizados para atendimento ou não das metas foram de meta alcançada, não alcançada ou meta superada.

Os indicadores contemplados foram os constantes do Glossário e da Resolução CNJ 201/2015. A inserção dos dados foi efetuada no Sistema de Informação e Gestão Socioambiental (SIGA) sob a responsabilidade dos servidores lotados em cada setorial, conforme matriz de responsabilidade constante do PLS.

A gestão das informações foi efetuada pelo Núcleo de Gestão Socioambiental. Os resultados foram enviados, mensalmente, ao Conselho Nacional de Justiça por meio do sistema eletrônico PLS-Jud e publicado via CNJ Painel Socioambiental.

As unidades de medidas para aferição do gasto e consumo mensal e anual dos Indicadores foram discriminadas em valores (R\$); em unidades; em centos; em quilowatts (kWh); em metros quadrados (m²); em metros cúbicos (m³) e em quilogramas (kg). Os indicadores referentes a gastos trazem os dados em reais (R\$) e/ou em percentuais, no valor bruto, incluindo impostos e

glosas, de acordo com os registros de apropriação das despesas.

Os valores obtidos pela aferição quantitativa e a análise qualitativa de alguns indicadores correspondem a todas as Unidades administrativas. Para tanto, foi considerada a série histórica do gasto e consumo mensal e anual obtidos durante o ano-base 2.020, comparados ao ano de referência 2.019. Abaixo de alguns indicadores está apresentada justificativa para o não alcance da meta, quando estipulada, além de breve análise e comentário sobre o desempenho.

Para o ano subsequente, no tópico de nº 06 deste Relatório, constam de forma sucinta, as ações que serão executadas no próximo ciclo de execução do PLS. No portal da transparência desse Poder será publicada a versão completa dos planos de ação para execução em 2021, bem como este relatório.

PAINEL DE RESULTADOS DOS INDICADORES ESTRATÉGICOS SOCIOAMBIENTAL E ECONÔMICO DO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

Variáveis Gerais

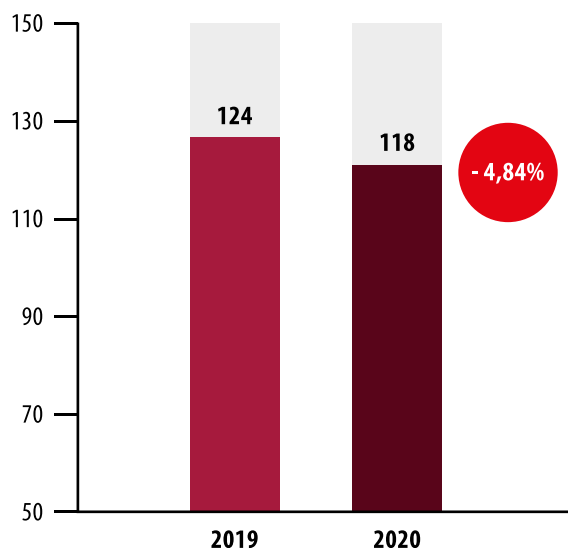


ODS-Meta 8.5

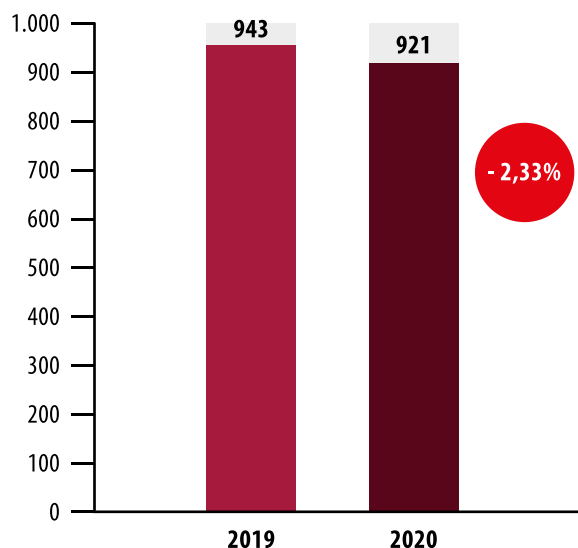
Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor.

Fonte: <https://odsbrasil.gov.br/>

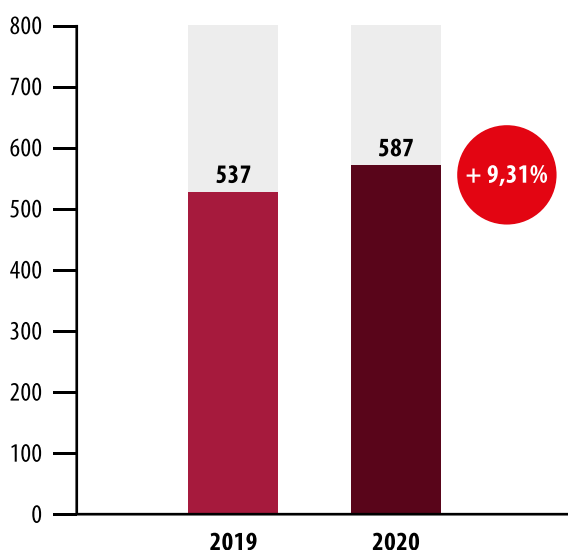
MagP - Total de cargos de magistrados providos



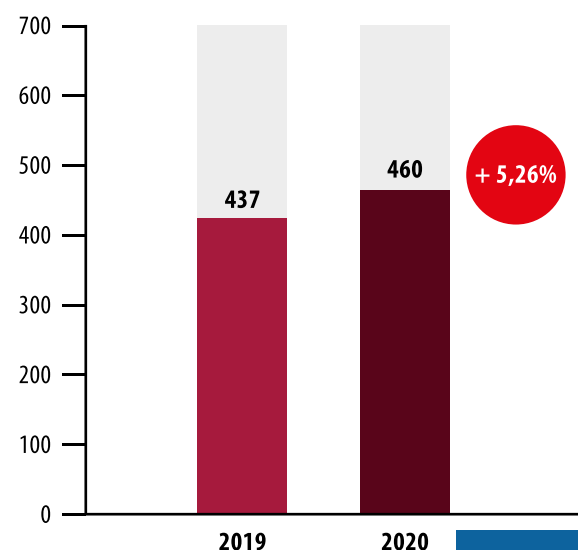
TPEfet - Total de pessoal do quadro efetivo



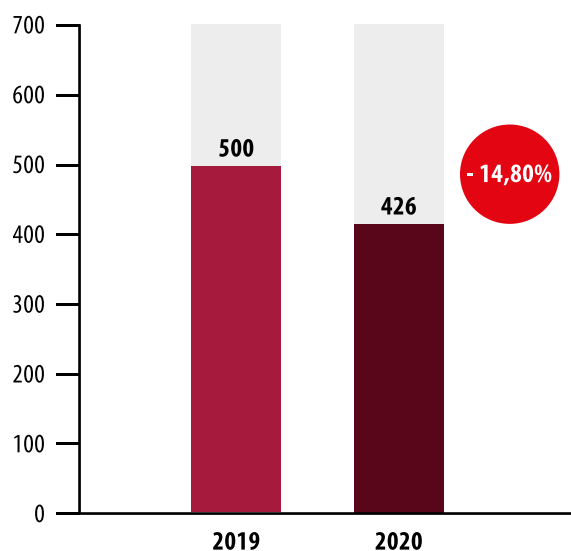
TPI - Total de pessoal que ingressou por cessão ou requisição



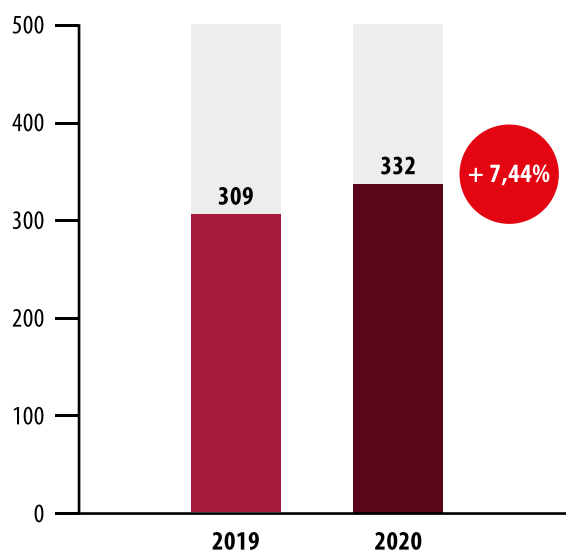
TPSV - Total de pessoal comissionado sem vínculo efetivo



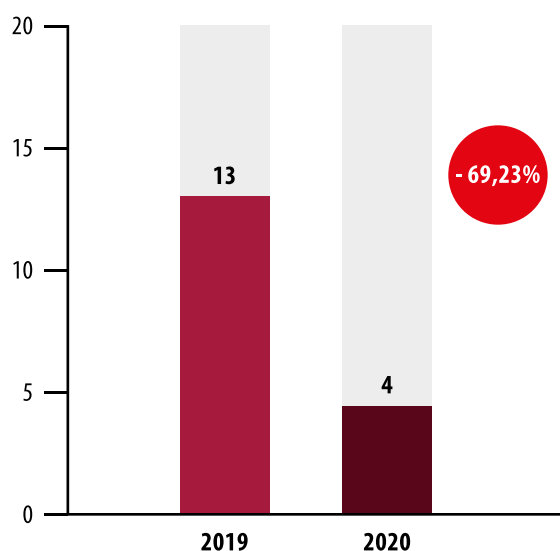
TFAuxT - Total de trabalhadores terceirizados



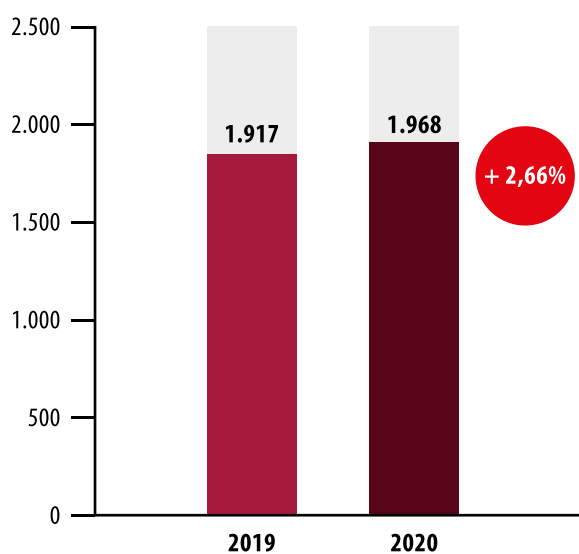
TFAuxE - Total de estagiários



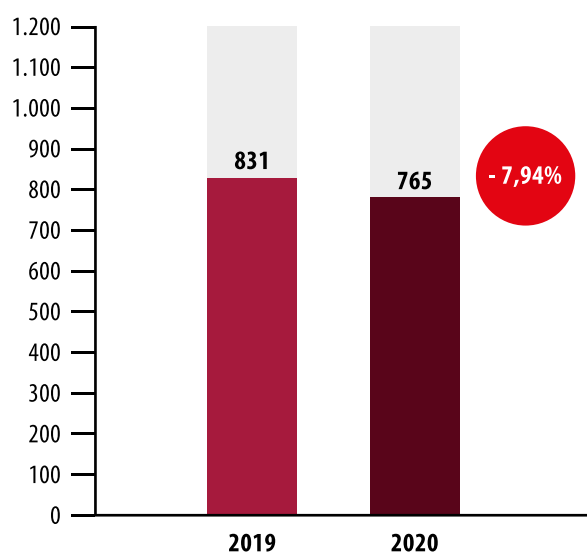
TFAuxE - Total de estagiários



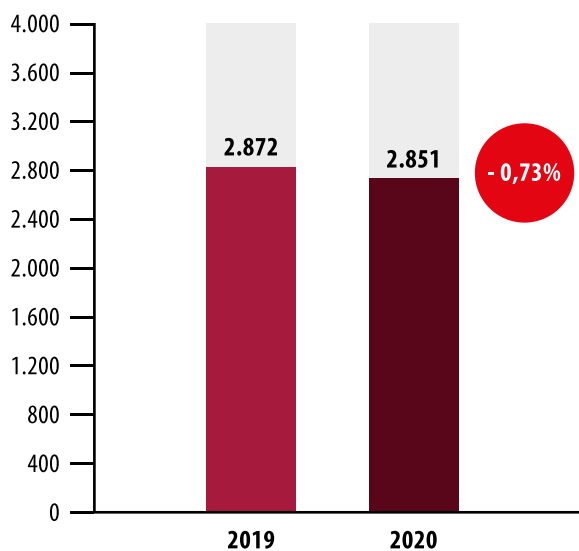
Serv – Total de servidores



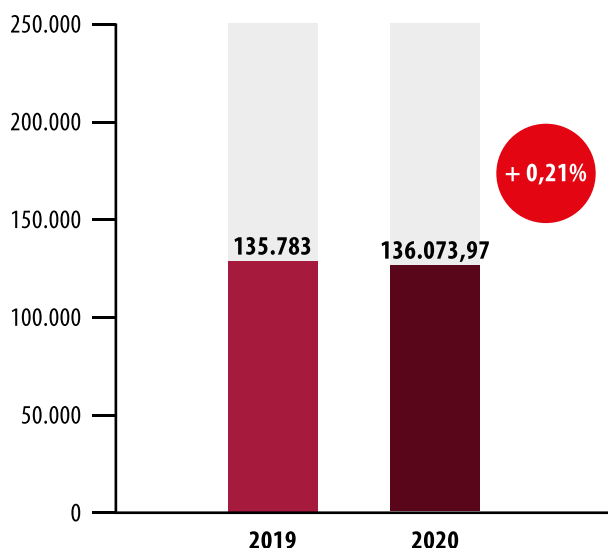
TFaux – Total da força de trabalho auxiliar



FTT – Força de trabalho total de magistrados, servidores e auxiliares



m²Total - Área total em metros quadrados



Análise e comentários sobre o desempenho

No período em análise não foram estabelecidas metas para os indicadores supramencionados.

Em 2019 o quantitativo de cargos de magistrados providos foi de 124. Em 2020 houve redução desse quantitativo para 118, o que corresponde a uma redução do índice em 4,84%, devido à ocorrência de aposentadorias.

O quantitativo de pessoal efetivo no ano de 2019 foi de 943 servidores. Em 2020 alcançou-se o total de 921, o que corresponde à redução do índice em 2,33%, devido à ocorrência de aposentadorias.

Em 2019 o quantitativo de pessoal que ingressou por cessão ou requisição foi de 537 e, em 2020 foi de 587, o que corresponde ao aumento do índice em 9,31%.

Em 2019 o quantitativo pessoal comissionado sem vínculo efetivo foi de 437. Em 2020 foi de 460 servidores, o que corresponde a um acréscimo do índice em 5,26%.

Em 2019 o quantitativo total de servidores foi de 1.917. Em 2020 foi de 1.968, o que corresponde a um acréscimo do índice em 2,66%.

Em 2019 o quantitativo de trabalhadores terceirizados foi de 500. Em 2020 o total foi de 426, o que corresponde redução do índice em 14,80%.

Em 2019 o quantitativo disponibilizado foi de 309 estagiários. Em 2020 houve elevação desse total para 332 estagiários contratados, o que corresponde ao acréscimo de 7,44%.

No que se refere ao quantitativo de voluntários disponibilizados em 2019, o total foi de 13. Em 2020, houve redução do quantitativo em 69,23%, o que corresponde a 04 voluntários disponibilizados.

Em 2019 o total de força de trabalho auxiliar foi de 831 colaboradores. Em 2020, esse total foi reduzido para 765, o que corresponde a menos 7,94% do quantitativo disponibilizado no ano anterior.

A força de trabalho total de magistrados, servidores e auxiliares, em 2019, foi de 2.872. Em 2020, houve redução de 0,73% o que corresponde a 2.851 o total disponibilizados.

Em 2019 a área total em metros quadrados de todos os prédios foi de 135.783. Em 2020 houve elevação do total para 136.073,97, o que corresponde a 0,21% de aumento devido às novas construções das unidades do interior.

Papel

Objetivo: monitorar e reduzir o consumo geral de papel devido à implantação do Processo Judicial Eletrônico (Lei n. 11419/2006 e Resolução CNJ n. 185/2013) e dos processos administrativos eletrônicos.

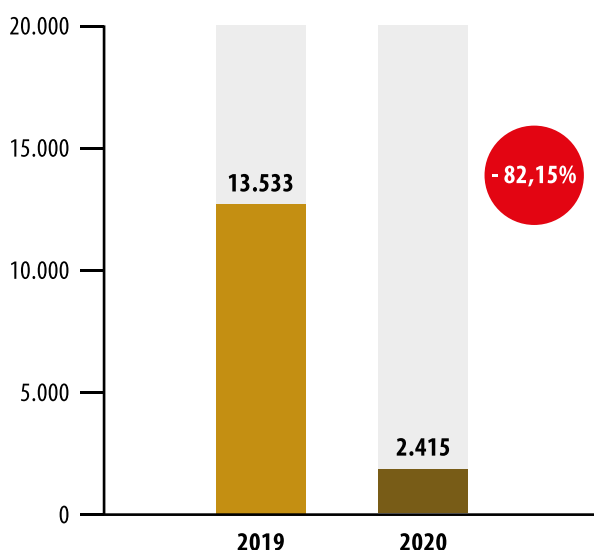


ODS-Meta 12.2

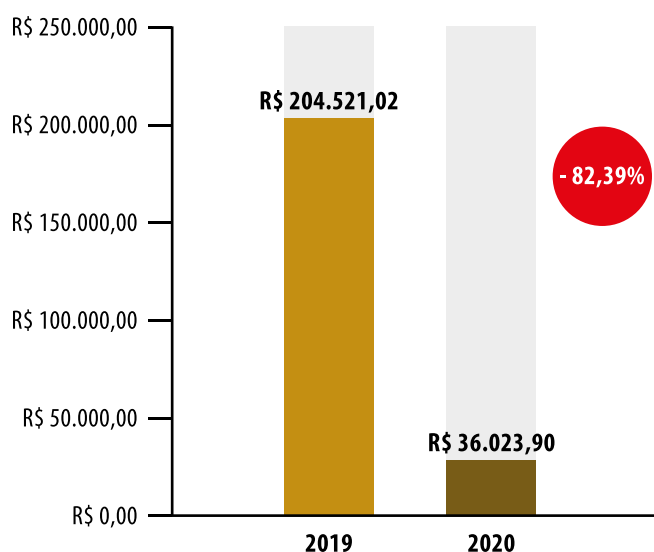
Até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais.

Fonte: <https://odsbrasil.gov.br/>

**CPT - Consumo de papel próprio (resma),
CPNRP - Consumo de Papel Não-reciclado Próprio
(resma) e CPT - Consumo de papel total (resma)**



**GPNRP - Gasto com papel não reciclado próprio
(resmas/R\$) e GPP - Gasto com papel próprio
(resmas/R\$)**



Análise e comentários sobre o desempenho

Os indicadores CPRP - Consumo de papel reciclado próprio, CPNRC - Consumo de papel não reciclado contratado, CPRC - Consumo de papel reciclado contratado, CPC - Consumo de papel contratado e GPRP - Gasto com papel reciclado próprio, não se aplicam à realidade deste Tribunal, tendo em vista que terceiriza o serviço de impressão.

O papel é adquirido como bem material, via processo licitatório próprio. Quanto ao uso de papel reciclado não foi efetuada aquisição, pois é utilizado somente papel reciclável, oriundo de florestas 100% plantadas e renováveis.

A meta estabelecida para redução do consumo de papel foi de 12%. No período em análise, alcançou-se 82,15% de redução no consumo do item. Portanto, a meta foi superada.

Não foi estipulada meta de redução do gasto com o item. No entanto, registrou-se redução de 82,39%, dos valores gastos com o item.

Copos Descartáveis

Objetivo: reduzir o uso de descartáveis e a geração de resíduos sólidos.

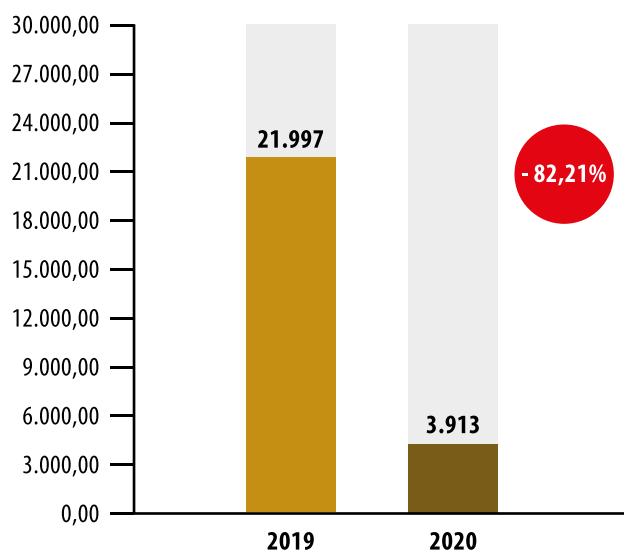


ODS-Meta 12.2

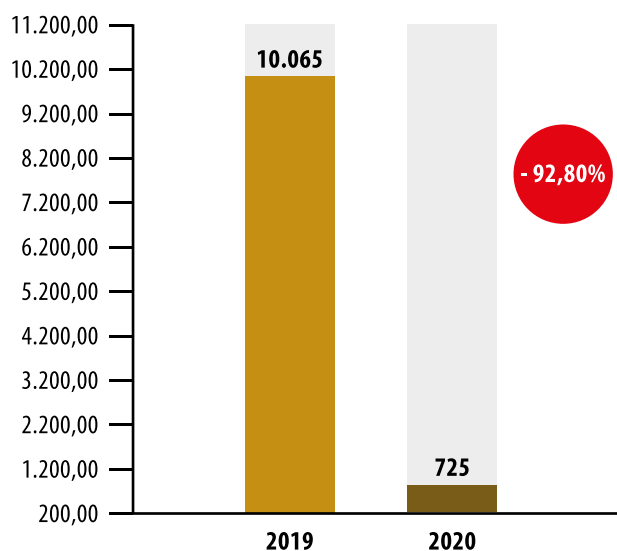
Até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais.

Fonte: <https://odsbrasil.gov.br/>

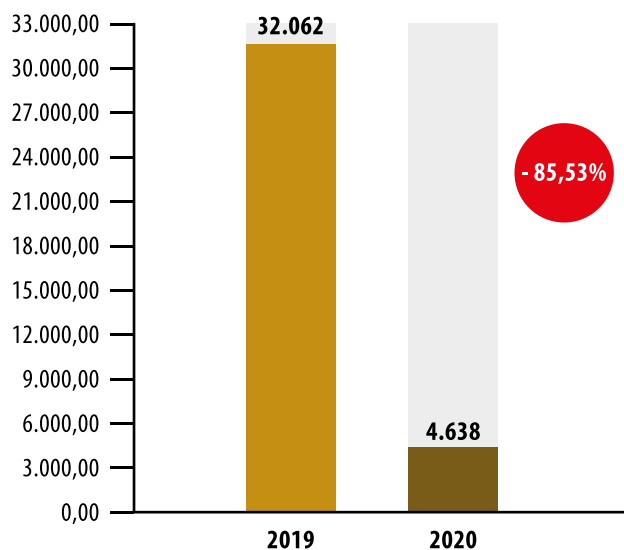
CCA - Consumo de copos descartáveis para água (centos)



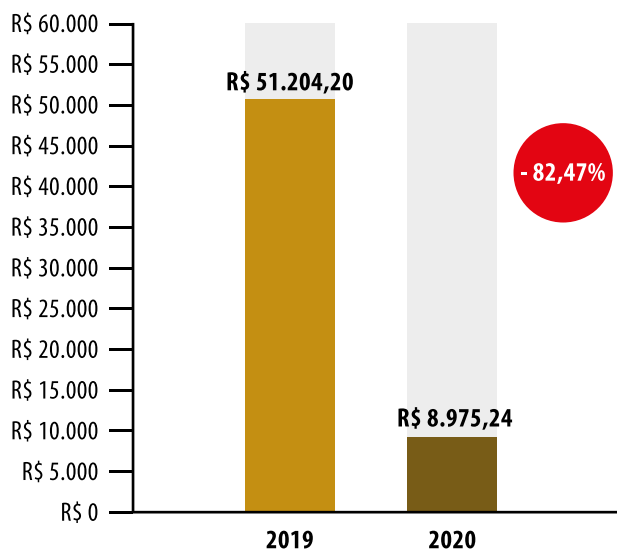
CCC - Consumo de copos descartáveis para café (centos)



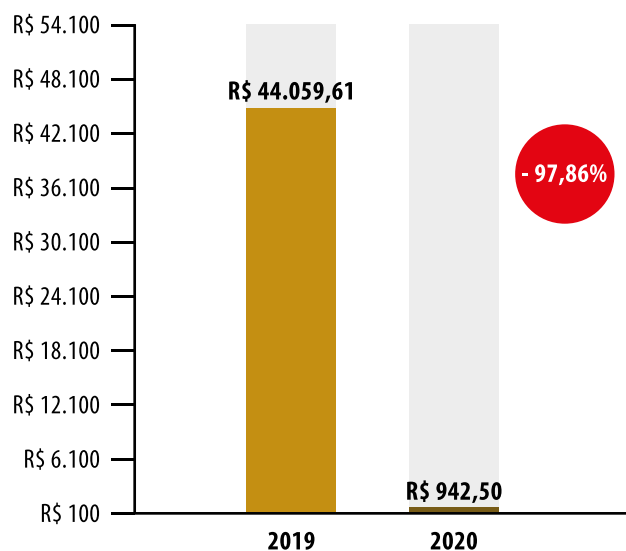
CCT - Consumo de copos descartáveis água e café total (centos)



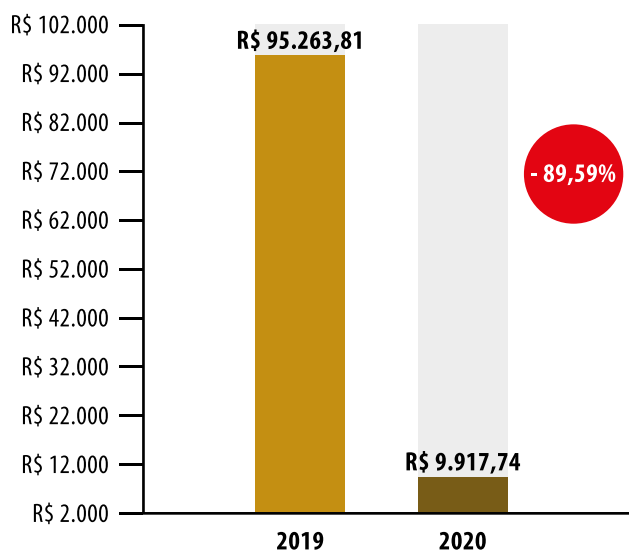
GCA - Gasto com copos descartáveis para água (centos)



GCC - Gasto total com copos descartáveis para café (centos)



GCT - Gasto total com Copos Descartáveis água e café (R\$)



Análise e comentários sobre o desempenho

A meta estabelecida para redução do consumo total de copos para água e café foi de 12%. No período em análise, alcançou-se 85,53% de redução no consumo dos itens. Portanto, a meta foi superada.

Não foram estabelecidas metas para redução do gasto total com copos para água e café. Contudo, nota-se, que houve significativa redução de 89,59%, do gasto com os itens.

Água Envasada em Embalagem Plástica

Objetivo: reduzir o uso de descartáveis e a geração de resíduos sólidos.

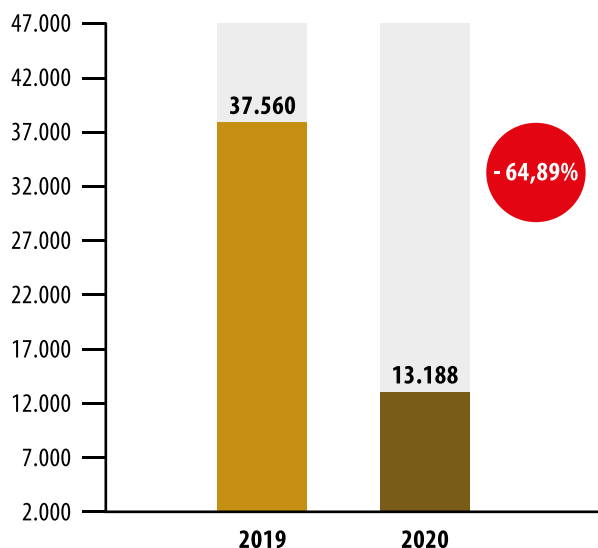


ODS-Meta 12.2

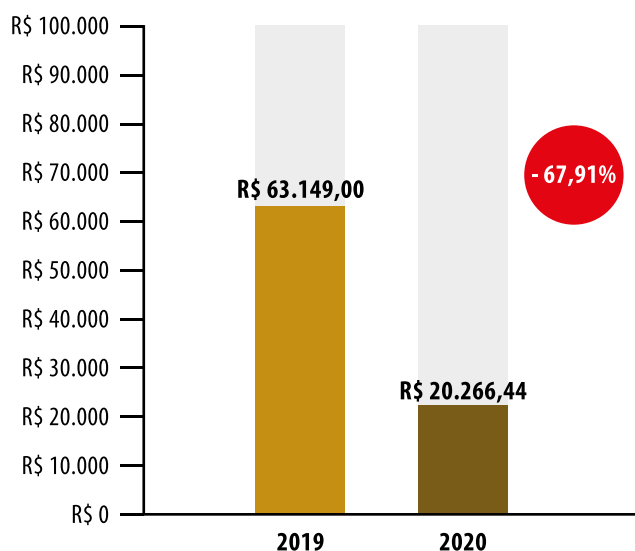
Até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais.

Fonte: <https://odsbrasil.gov.br/>

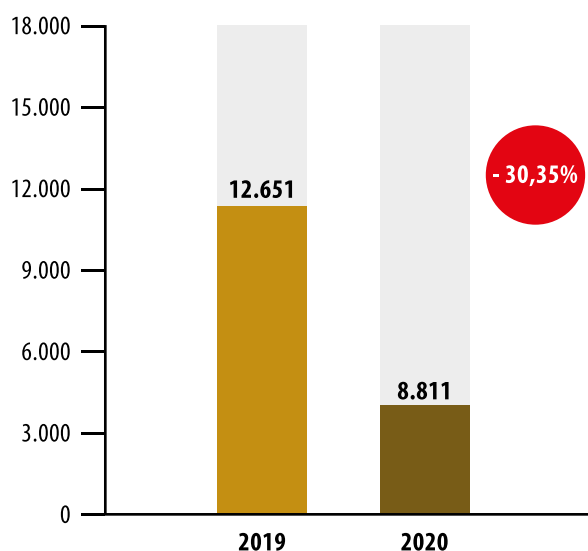
CED - Consumo de embalagens descartáveis para água mineral (1,5l e 500ml)



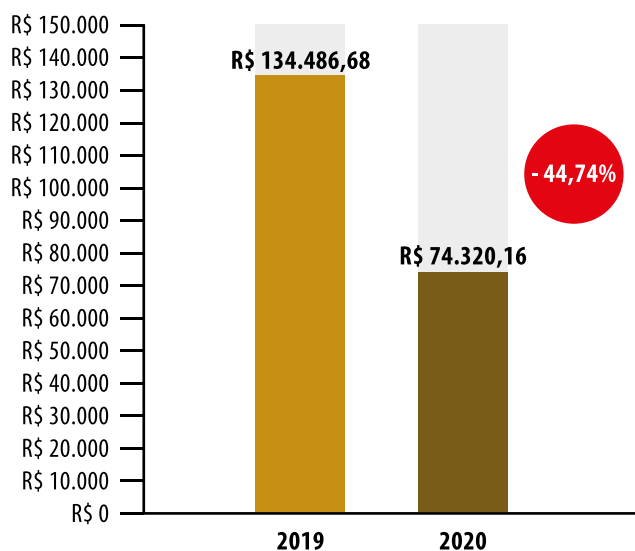
GAED - Gasto com água mineral em embalagens descartáveis (1,5l e 500ml)



CER - Consumo de embalagens retornáveis para água mineral - Total (20 litros)



GAER - Gasto com água mineral em embalagens retornáveis (em reais)



Análise e comentários sobre o desempenho

A meta estabelecida para redução do consumo de embalagens descartáveis para água mineral (1,5l e 500ml) foi de 9%. No período em análise, alcançou-se 64,89% de redução no consumo do item. Portanto, a meta foi superada.

A meta estabelecida para redução do consumo de embalagens retornáveis para água mineral - Total (20 litros) foi de 7%. No período em análise, alcançou-se 30,35% de redução no consumo do item. Assim, a meta foi superada.

Não foram estabelecidas metas para redução do gasto com água mineral em embalagens retornáveis e descartáveis. Porém, nota-se que houve significativa redução do gasto tanto dos itens descartáveis - 67,91%, quanto dos retornáveis - 44,74%.

Impressão

Objetivo: Reduzir o consumo e o gasto com impressões e equipamentos de impressão.

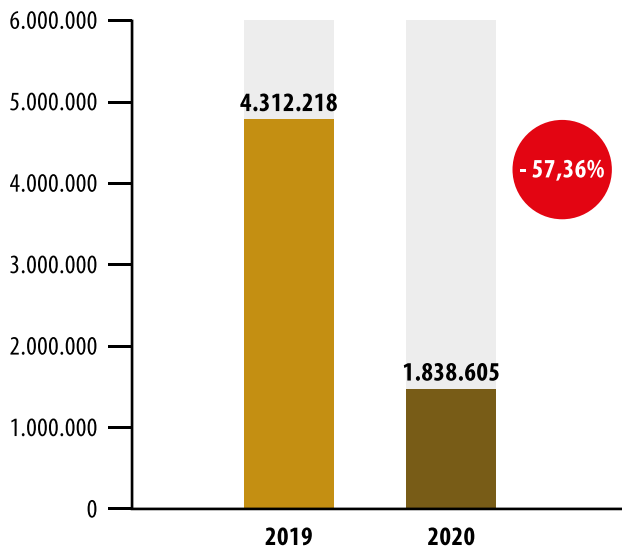


ODS-Meta 12.2

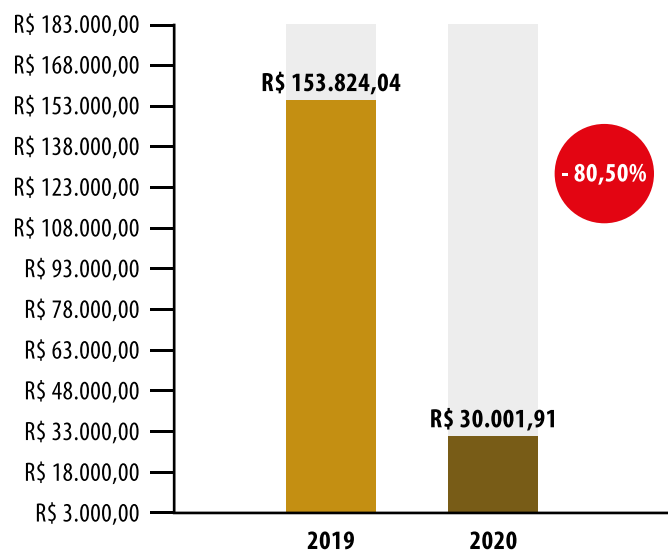
Até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais.

Fonte: <https://odsbrasil.gov.br/>

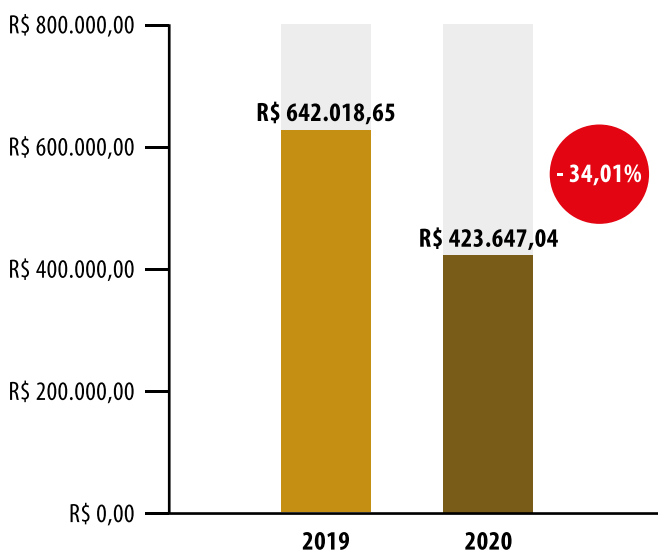
QI - Quantidade de impressões (Unidades)



GAS – Gasto com aquisições de suprimentos (em reais)



GCO – Gasto com contratos de terceirização de impressão (em reais)



Estabeleceu-se a meta de 5% na redução da quantidade de folhas de impressão em relação ao ano de 2019. No final do período estabelecido, verificou-se que a meta foi superada, considerando que foram alcançados 57,36% de diminuição do serviço nas unidades que contam com o sistema de outsourcing instalado.

Não foram estabelecidas metas para redução do gasto com contrato de terceirização de impressão e aquisição de suprimentos de impressão, para o período de 2020. Mas, registrou-se redução de 80,50% dos gastos com aquisição de suprimentos de impressão. No contrato de terceirização de impressão, notou-se redução de 34,01% do gasto em relação ao ano de 2019. A redução dos valores ocorreu, em parte, devido à redução do total de impressões realizadas no período analisado.

Quanto aos indicadores QEI – Quantidade de equipamentos de impressão e GAI – Gasto com aquisição de impressoras, em 2020, não houve aquisição de equipamentos permanecendo o mesmo quantitativo de 728 disponibilizadas em 2019.

Destas, 268 unidades pertencem aos contratos de outsourcing de impressão cujas vigências findaram no final de 2020. Somente 460 impressoras são próprias, a maioria destas está com mais de cinco anos de uso e próximas ao fim da vida útil. Em relação às impressoras de propriedade do Tribunal, não temos controle sobre a utilização dos recursos, pois não dispomos de sistema informatizado para a contabilização (bilhetagem) das páginas impressas, bem como o gerenciamento de ativos e bilhetagem por usuário, unidade e horário.

Foi estipulada meta setorial de redução em 30% do consumo de impressões e material gráficos, nos contratos administrados pela Diretoria de Comunicação Social. O resultado apurado demonstra que a meta foi alcançada, tendo em vista que se alcançou 30% de redução no consumo em relação ao período de 2019. Porém, apesar do percentual alcançado, constatou-se elevação dos valores devido à impressão das impressões dos relatórios de gestão.

Na execução do contrato de reprografia de nº 054/2016 e Termo Aditivo nº 3, a Escola Superior da Magistratura Tocantinense, alcançou redução de 69,39% nos gastos com impressão e encadernação. Em 2020, o gasto total foi de R\$ 9.346,89, a despeito do ano de 2019, cujos gastos perfizeram o montante de R\$ 30.540,32, tendo sido economizados o equivalente a R\$ 21.193,43.

Telefonia

Objetivo: monitoramento dos consumos e gastos com serviços de telefonia tendo em vista outros mecanismos de comunicação com as mesmas funcionalidades e menores custos.

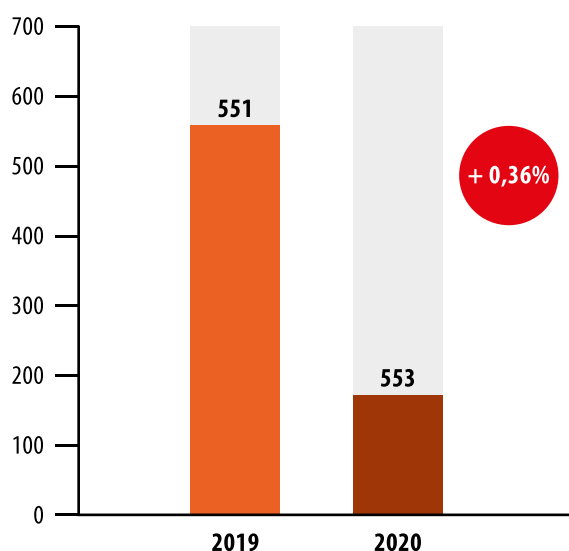


ODS-Meta 9.1

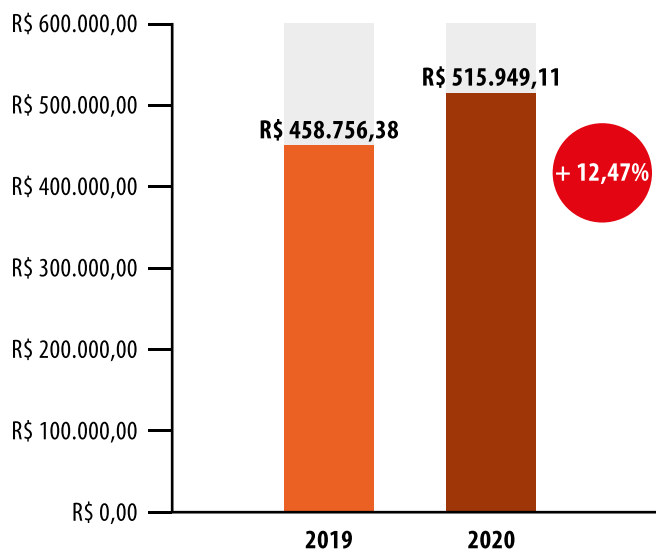
Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos.

Fonte: <https://odsbrasil.gov.br/>

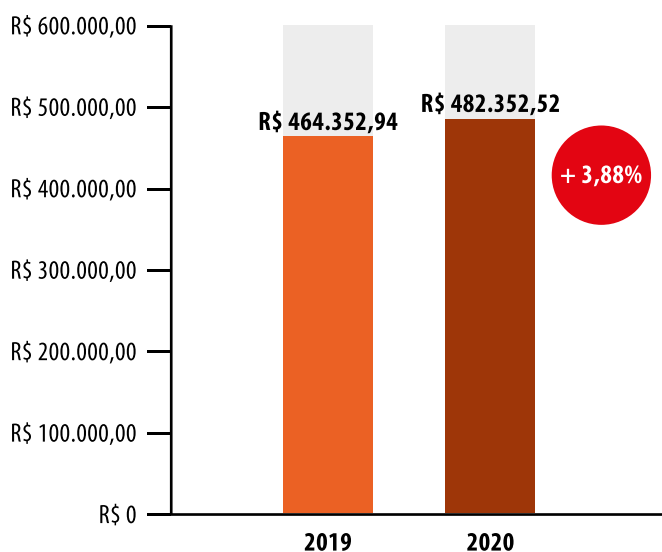
LTF - Total de linhas telefônicas fixas (Quantidade de linhas fixas)



GTF - Gasto com telefonia fixa (valor da fatura em reais)



GTM - Gasto com telefonia móvel (valor da fatura em reais)



Análise e comentários sobre o desempenho

Foi estabelecida meta de redução do gasto com telefonia fixa no percentual de 3%, bem como aumentar o controle de todas as linhas móveis disponibilizadas. A meta de redução do gasto com telefonia fixa não foi alcançada, porquanto houve aumento do gasto no percentual de 12,47%, o equivalente a R\$ 57.192,73, gastos a mais que no ano de 2019.

Quanto ao indicador LTF - Linhas Telefônicas Fixas houve aumento em 0,36% do total de linhas, correspondente ao acréscimo de mais duas linhas disponibilizadas no mesmo período de 2019. Não foi estipulada meta de redução ou aumento do consumo total de linhas fixas, para o período analisado.

Nos serviços de telefonia móvel houve acréscimo do gasto no índice de 3,88%, o equivalente a R\$ 17.999,58, gastos a mais que no ano de 2019. Não foi estipulada meta de redução do gasto com telefonia móvel para o período executado.

No que se refere ao indicador LTM - Linhas Telefônicas Móveis não houve acréscimo do quantitativo sendo disponibilizadas 407 linhas. Não foi estipulada meta de redução ou aumento do consumo total de linhas móveis, para o período executado.

O aumento do gasto e do consumo ocorreu, em parte, pela ativação do sistema SIGA-ME para realização do atendimento ao público pelo servidores que estavam em teletrabalho, instituído durante a Pandemia COVID-19, o qual desencadeou forte demanda pelos serviços de telefonia e consumo dos serviços de internet. Entretanto, na comarca de Araguaína, obteve-se expressiva diminuição dos gastos de aproximadamente 65% com telefonia fixa em relação ao mesmo período do ano de 2019. Isto se deve, em parte, à implantação do sistema de telefonia Volp.

Energia Elétrica

Objetivo: monitoramento do consumo e gastos com energia elétrica para que seja verificada a possibilidade de eventuais ajustes contratuais com a concessionária de energia visando à maior eficiência do gasto.

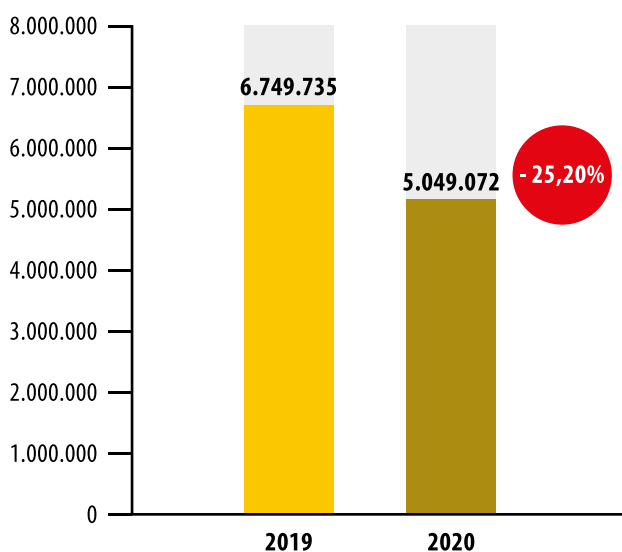


ODS-Meta 7.2

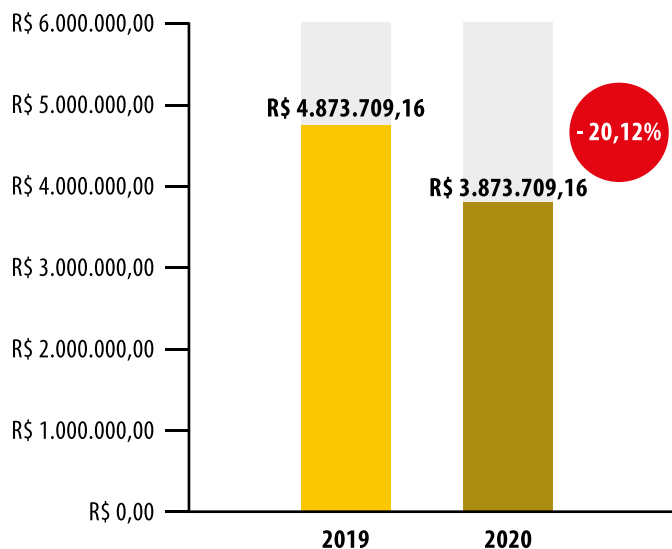
Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global.

Fonte: <https://odsbrasil.gov.br/>

CE - Consumo de Energia Elétrica (Kwh)



GE - Gasto com energia elétrica (Valor da fatura em reais)



Análise e comentários sobre o desempenho

Foi estabelecida a meta de redução do consumo de energia elétrica no percentual de 5%, aferido em relação ao ano anterior. A redução alcançada no consumo de energia foi de 25,20%. Portanto, a meta foi superada. Registre-se que, sob o ponto de vista ambiental, obteve-se êxito com a redução do consumo vez que menos recursos naturais foram extraídos do meio ambiente, pois a entrega de grande parte da carga energética disponibilizada por este Poder, é oriunda de fonte não renovável.

Foi estimada a meta de manutenção da média do gasto de 13,28% obtida em 2019. Em 2020, a redução alcançada com o gasto com energia foi de 20,12%. Deste modo, meta não foi alcançada. Apesar disso, o resultado tornou-se positivo em virtude do parâmetro estabelecido para medição ser de redução do gasto com o item.

No que diz respeito à análise do resultado sob o aspecto econômico, obteve-se vantagem tendo em vista que menos recursos financeiros foram utilizados para atender a demanda, pois foram economizados R\$ 980.647,03.

Foram adquiridas as três usinas microgeradoras de energia, sendo instaladas nos prédios das Comarcas de Miracema, Paraíso e no Almoxarifado (Anexo 2). Sendo assim, a meta foi alcan-

çada.

Foram estabelecidas metas específicas de redução do consumo de energia elétrica em 90% em relação ao consumo médio do prédio da Comarca de Miranorte, meta de redução em 90% em relação ao consumo médio do prédio do Anexo 2 – Almoxarifado, meta de aquisição de 3 (três) usinas microgeradoras fotovoltaicas (on-grid) e meta de redução do consumo de energia em 90% em relação ao consumo médio do prédio da Comarca de Miracema.

Em relação ao consumo energético da comarca de Miranorte não foi possível aferir os resultados em razão de que não foram disponibilizadas informações sobre o funcionamento da usina fotovoltaica instalada, vez que houve mudança do grupo de consumo devido à repactuação da demanda contratada.

Na sede do Almoxarifado foi instalada usina fotovoltaica. A meta foi alcançada com redução de mais de 95% na conta de energia elétrica. Anterior a instalação, a média do gasto nos meses de setembro e outubro foi de R\$ 4.479,73, nos meses subsequentes à instalação a média das faturas nos meses de novembro e dezembro foi de R\$ 204,93.

A Diretoria Administrativa e a Diretoria de Infraestrutura e Obras realizaram estudo técnico para readequação das demandas contratadas/utilizadas, referente às faturas de energia das comarcas de Palmas, Dianópolis, Guaraí, Porto Nacional, Colinas e Araguaína e sede do Tribunal de Justiça, consideradas de alta tensão-Grupo A. Foi constatada a necessidade de readequação da demanda contratada, sendo assinado Termo Aditivo prevendo novos valores de consumo.

A demanda de consumo da sede do Tribunal de Justiça foi reduzida para 450 kW/h mensal, antes da repactuação a demanda era de 550 kW/h mensal, e do Fórum de Araguaína foi reduzida para 320 kW/h mensal, antes da repactuação a demanda era de 1.485 kW/h mensal.

As demandas de consumos das comarcas de Dianópolis foi elevada para 60 kW/h mensal, antes da repactuação o valor foi de 50 kW/h mensal, e de Colinas do Tocantins elevou para 80 kW/h mensal, antes da repactuação o valor contratado foi de 65 kW/h mensal. O novo Contrato entrou em vigor em setembro de 2020.

Estima-se que os novos valores contratados em razão da readequação da demanda poderão produzir economia de R\$ 1.315.605,44, a ser medida no período de setembro de 2020 até junho de 2023. Os resultados dos monitoramentos efetuados nos meses de setembro a dezembro de 2020 apontam economia de R\$ 284.367,74, equivalente a 29% de redução dos valores comparados ao mesmo período do ano de 2019.

Água e Esgoto

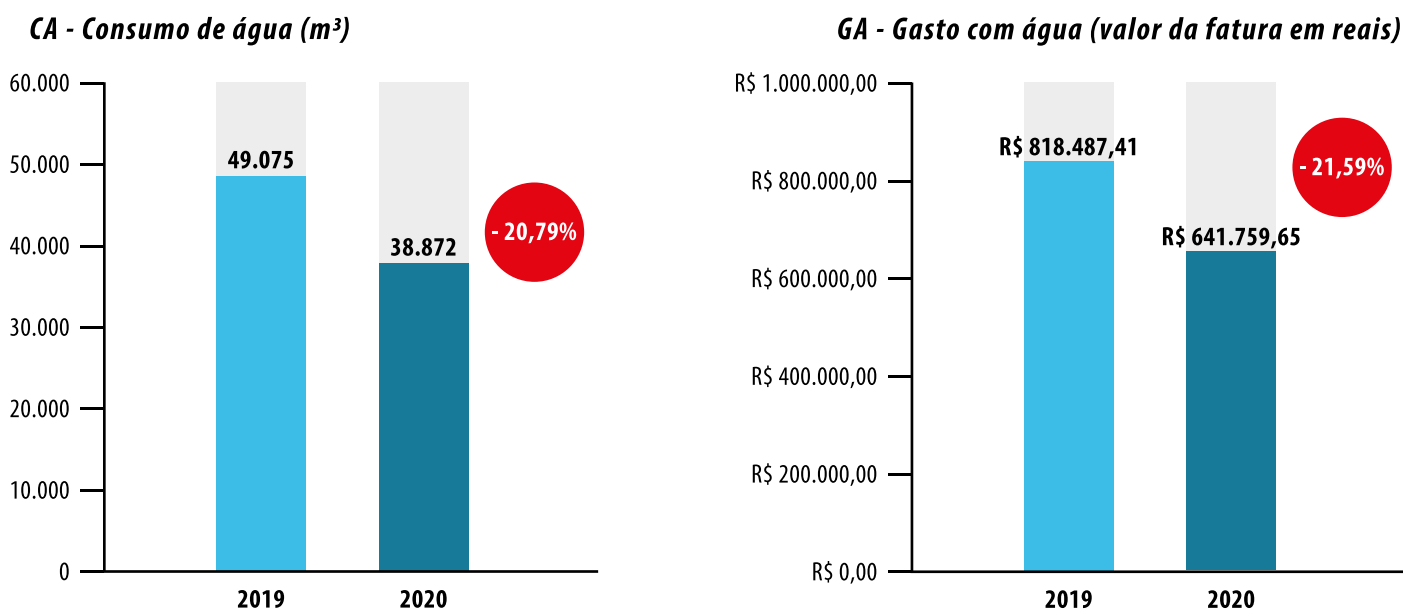
Objetivo: monitoramento do consumo e gastos com água para que seja verificada a possibilidade de eventuais ajustes e efetividade de ações de sustentabilidade.



ODS-Meta 6.b

Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento.

Fonte: <https://odsbrasil.gov.br/>



Análise e comentários sobre o desempenho

A meta estipulada para o indicador de consumo de água foi manter a média de aumento do consumo em 5% em relação a 2019. Porém, obteve-se redução do consumo de água no patamar de 20,79%, equivalente a 10.203 metros cúbicos de água gastos a menos que no período de 2019. A meta não foi alcançada.

Não obstante a meta não ter sido atendida, sob o aspecto ambiental, o resultado tornou-se positivo tendo em consideração que menos recursos naturais foram extraídos do meio ambiente. Além disso, impactou positivamente no total de gastos despendidos com o item contribuindo para que ocorresse redução dos valores.

A meta estipulada para o indicador de gasto com água em reais foi elevar em 5% o total, em relação a 2019. Porém, obteve-se redução no patamar de 21,59%, o equivalente a R\$ 176.727,76 gastos a menos que no período de 2019. Sendo assim, a meta não foi alcançada.

O objetivo do monitoramento do indicador água e esgoto é verificar se houve redução ou não do gasto com o item. Sendo assim, embora a meta não tenha sido alcançada, o resultado se mostrou positivo posto que menos recursos financeiros foram utilizados para atender a demanda.

Justifica-se a previsão do aumento do gasto com item em virtude da ampliação dos prédios que se encontravam em reforma e em construções, consequentemente, ocorreria o aumento de área ajardinada. Porém, com advento da Pandemia COVID-19, foi instituído o teletrabalho e

redução do horário para atendimento do público em geral, os quais contribuíram para mitigação do gasto e redução do consumo do recurso.

Além da instituição do teletrabalho outras ações contribuíram para o alcance deste resultado, dentre elas, a construção de reservatórios para aproveitamento da água de chuva nas comarcas de Miracema do Tocantins e Paraíso do Tocantins, instalação de caixa de descarga com duplo acionamento, aproveitamento da água dos ares-condicionados e redução da vazão das torneiras.

Gestão de Resíduos

Objetivo: estimular a redução da geração de resíduos e aumentar sua destinação ambientalmente correta por meio do monitoramento da geração.

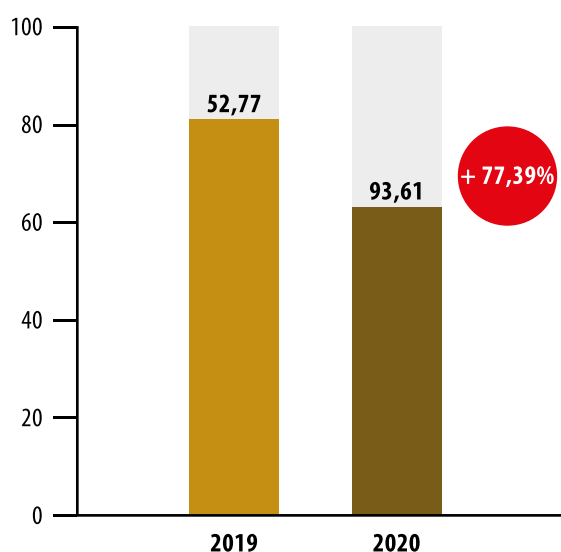


ODS-Meta 12.5

Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso.

Fonte: <https://odsbrasil.gov.br/>

DRS - Destinação de resíduos de saúde (kg)



Análise e comentários sobre o desempenho

Em 2020, foram destinados 4.203 quilogramas de resíduos de suprimentos de impressão. Não foi estabelecida meta para este indicador, no período de 2020.

Em 2019 não houve destinação de pilhas e baterias. Em 2020 foram descartados 66,50 quilogramas do resíduo. Não foi estabelecida meta para este indicador, no período de 2020.

Em 2019 não houve destinação de papel. Em 2020 houve destinação de 1.203,20 quilogramas de papel pela Corregedoria-Geral de Justiça e Diretoria Administrativa. A comarca de Miranorte destinou 371 quilos de resíduos de papel à Cooperativa de Catadores de Recicláveis de Palmas (COOPERAN), como ação do projeto Agenda Socioambiental. Não foi estabelecida meta para este indicador, no período de 2020.

Em 2019 houve destinação de 2.070 quilogramas de lâmpadas. Entretanto, em 2020 não houve destinação desse tipo de resíduo devido não terem sido substituídas lâmpadas de LEED. Não foi estabelecida meta para este indicador, no período de 2020.

Em 2019 e em 2020 não houve destinação de vidros. Não foi estabelecida meta para este indicador, no período de 2020.

Em 2019 não houve destinação de plásticos. Em 2020 houve destinação de 108,80 quilogramas de plásticos, efetuados pela Corregedoria-Geral de Justiça e Diretoria Administrativa. Não foi estabelecida meta para este indicador, no período de 2020.

Em 2019 não houve destinação de metais. Em 2020 houve destinação de 22 quilogramas de metais, efetuados pela Corregedoria-Geral de Justiça e Diretoria de Tecnologia da Informação. Não foi estabelecida meta para este indicador, no período de 2020.

Nos anos de 2019 e 2020 não houve destinação de resíduos oriundos da construção civil devido à dificuldade de encontrar empresa especializada no descarte ambientalmente adequado deste tipo de resíduo. Não foi estabelecida meta para este indicador, no período de 2020.

Reformas

Objetivo: monitoramento dos gastos relacionados a obras para que seja verificada a sua real necessidade e priorização do atendimento à Resolução CNJ 114/2010.



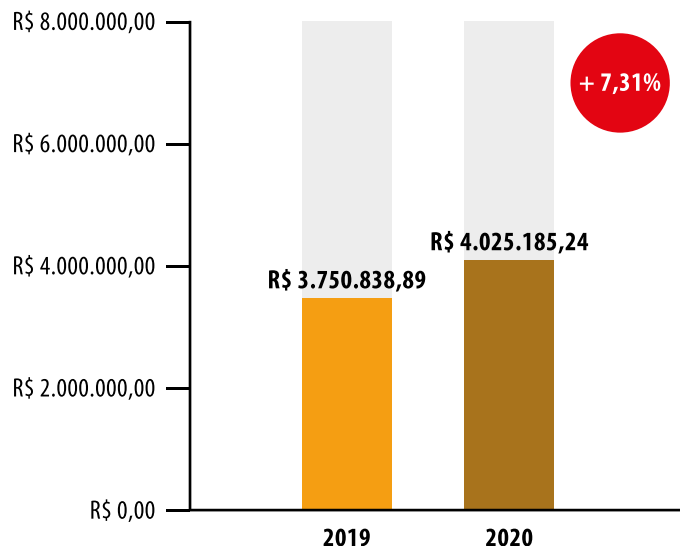
ODS-Meta 11.7

Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.

Fonte: <https://odsbrasil.gov.br/>

GRB - Gastos com reformas no período-base e

GRR - Gastos com reformas no período de referência



Análise e comentários sobre o desempenho

Foi estabelecida meta de acréscimo em 2,5% do gasto com reforma, em relação ao ano anterior. Considerando a necessidade de efetuar manutenção nos prédios e atender a demanda de novos setores alocados nos prédios administrativos e nas comarcas, foram investidos R\$ 274.346,35 a mais que no período de 2019, o índice de elevação do gasto foi de 7,31%. Sendo assim, a meta foi superada.

Limpeza

Objetivo: monitoramento dos gastos relacionados aos serviços de limpeza para que seja verificada a possibilidade de eventuais ajustes de gestão, conforme instruções normativas sobre o tema.

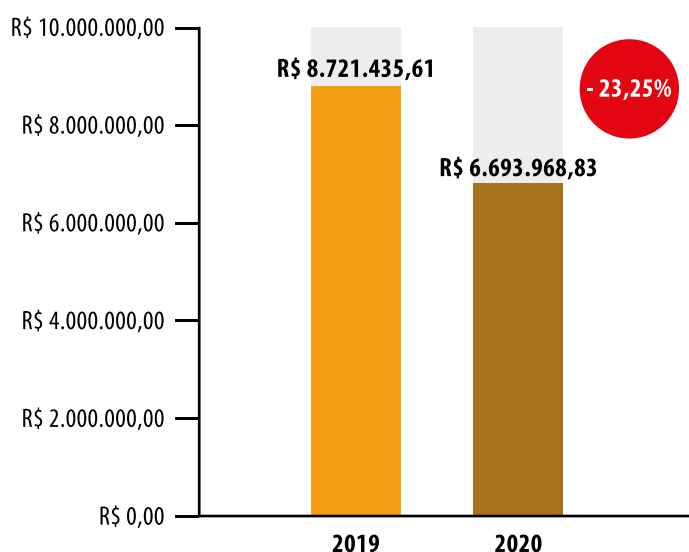


ODS-Meta 11.7

Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.

Fonte: <https://odsbrasil.gov.br/>

GLB - Gastos com contratos limpeza no período base e GLR - Gastos com contratos de limpeza no período de referência



Análise e comentários sobre o desempenho

A meta estimada para o indicador de gasto com contratos de limpeza no período-base (2020) foi de redução de 2%, em relação aos valores obtidos no ano de referência (2019). Em 2020, alcançou-se 23,25% de redução das despesas com serviços de limpeza, o equivalente a R\$ 2.027.466,78 de economia alcançada. A meta foi superada e parte deste resultado ocorreu em virtude da formalização de novo contrato de limpeza que passou a vigorar em junho de 2020, o qual dispõe de valores reduzidos em relação ao contrato anterior.

A metragem de 135.783,39 da área contratada em 2019 permaneceu a mesma em 2020, o que denota que a demanda por serviços de limpeza foi atendida com menos dispêndio de recursos financeiros.

No que se refere ao indicador de gasto com material de limpeza, os recursos financeiros disponibilizados para aquisição de produtos e materiais estão informados nos valores dos contratos constante do indicador de gasto com contrato de limpeza no período-base e de referência.

Vigilância

Objetivo: monitoramento dos gastos relacionados aos serviços de vigilância, segundo critérios de real necessidade, por área, tipos de postos (modelos horários, armada e desarmada) e uso de tecnologias de apoio (vigilância eletrônica) sem comprometimento dos padrões de segurança.

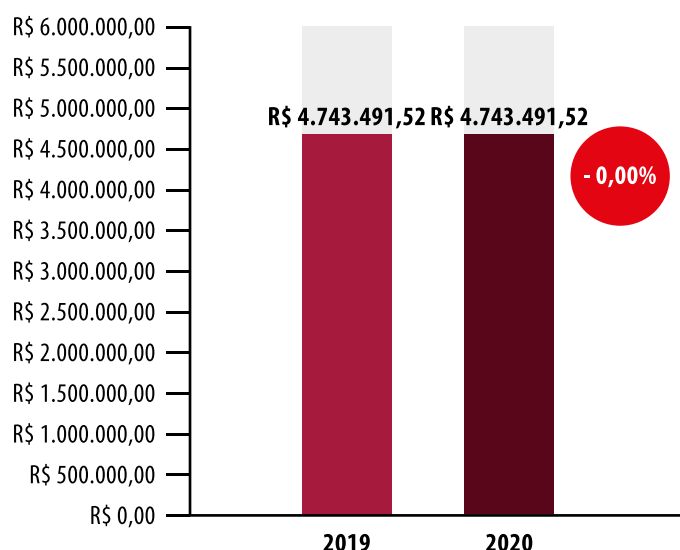


ODS-Meta 8.8

Proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas em empregos precários.

Fonte: <https://odsbrasil.gov.br/>

GVAB - Gastos com contratos de vigilância armada no período base e GVTR - Gasto total com contratos de vigilância no período de referência



Análise e comentários sobre o desempenho

Para o indicador GVAB – Gastos com contratos de vigilância armada, em 2020 (período-base), foi estipulada a meta de aumentar os investimentos em segurança armada em 5%, em comparação com os valores investidos no ano anterior. A meta não foi alcançada visto que o valor gasto foi o mesmo total despendido em 2019. Não houve repactuação dos contratos e investimentos em aumento dos postos de vigilância armada. Contudo, a demanda pelo serviço foi atendida em sua integralidade e de modo satisfatório vez que não foram registrados prejuízos ao longo do período apurado.

Para o indicador QVAB – Quantidade de postos de vigilância armada foi estipulada a meta de aumentar o total em mais 10 unidades de postos, com a finalidade de melhorar o atendimento da demanda nos prédios da capital e do interior. A meta estipulada de acréscimo de mais 10 postos de vigilância não foi alcançada, pois permaneceu o quantitativo de 19 postos disponibilizados em 2019.

Os indicadores QVD – Quantidade de postos de vigilância desarmada; GVDB – Gastos com contratos de vigilância desarmada no período-base e GRVD – Gasto relativo com vigilância desarmada não se aplicam à realidade deste Poder, tendo em vista dispor somente de vigilância armada. Não foram estabelecidas metas para estes indicadores, no período em análise.

Veículos

Objetivo: gestão da mobilidade do órgão e dos gastos com a frota oficial para a maior eficiência na gestão e nas aquisições dos veículos. O monitoramento visa à racionalidade do serviço no sentido de avaliar o custo-benefício de ter uma frota própria ou terceirizar o serviço; avaliar a diminuição da quantidade total de veículos; aumentar a quantidade de usuários por veículo por meio do compartilhamento de uso; diminuir o gasto relativo com manutenções.

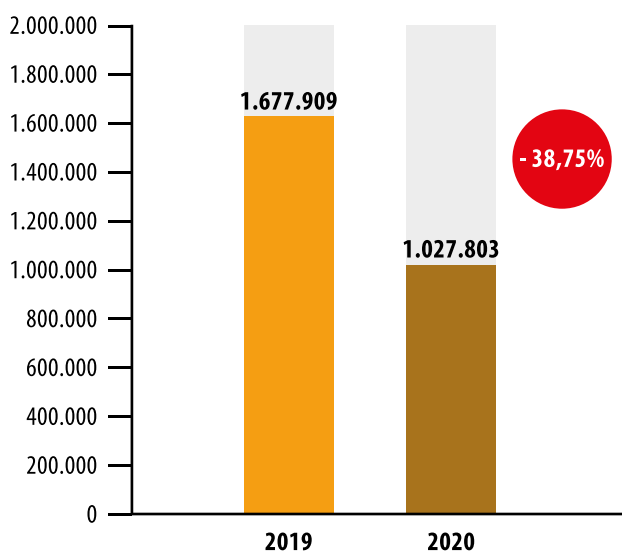


ODS-Meta 11.2

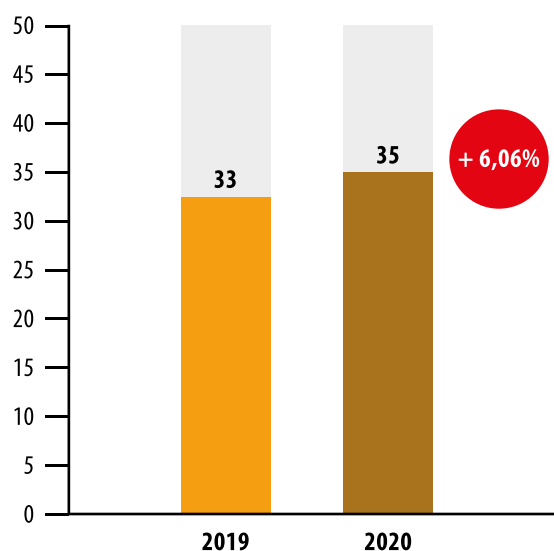
Melhorar a segurança viária e o acesso à cidade por meio de sistemas de mobilidade urbana mais sustentáveis, inclusivos, eficientes e justos, priorizando o transporte público de massa e o transporte ativo, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, como aquelas com deficiência e com mobilidade reduzida, mulheres, crianças e pessoas idosas.

Fonte: <https://odsbrasil.gov.br/>

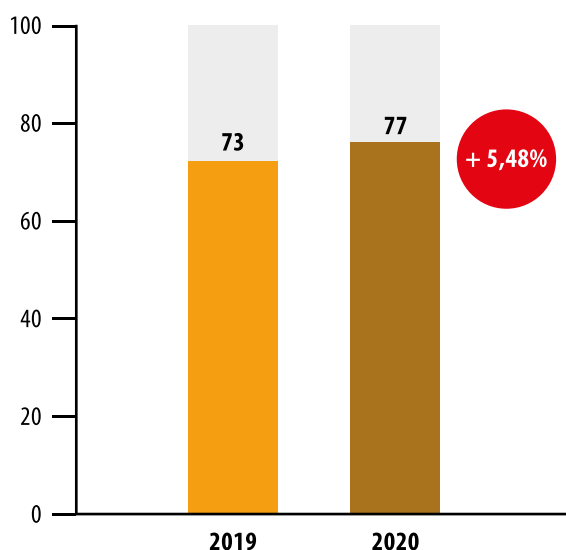
Km – Quilometragem



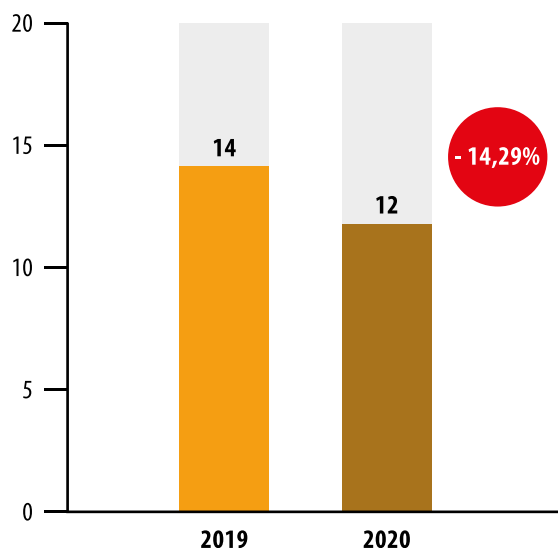
VD - Quantidade de veículos a Diesel (unidades)



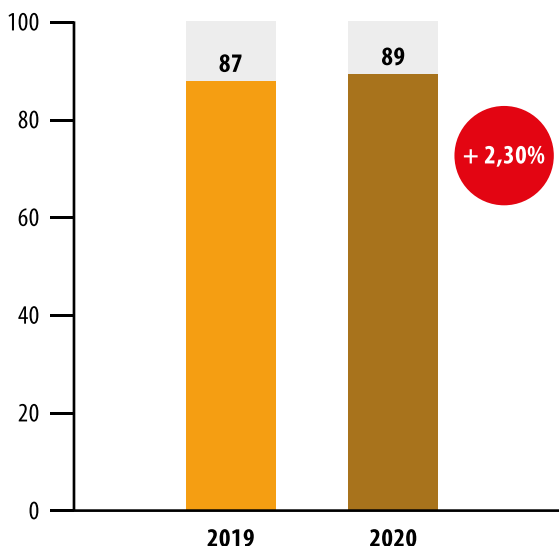
QVs - Quantidade de veículos de serviço (unidades)



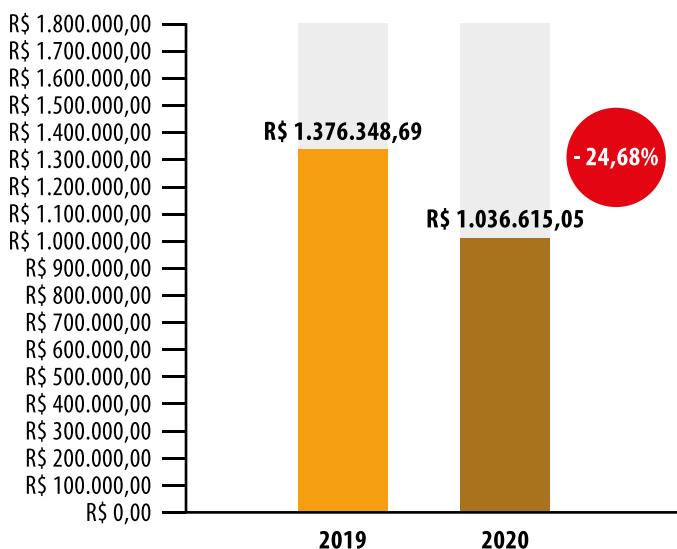
QVM - Quantidade de veículos para transporte de magistrados



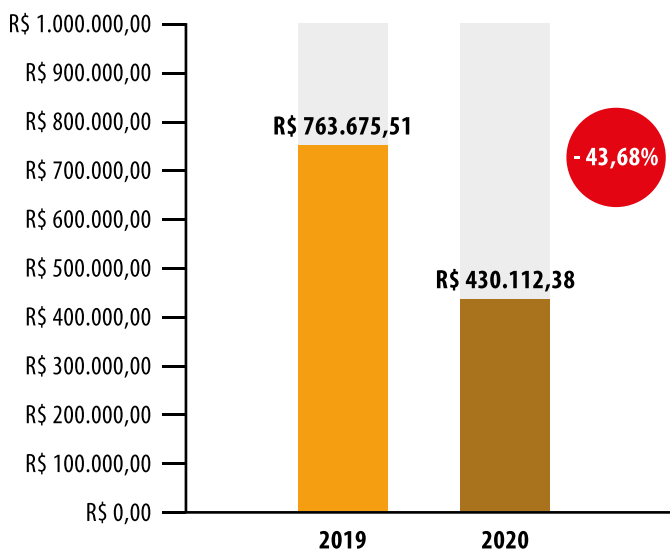
QVe - Quantidade de Veículos



GCM - Gastos com contratos de motoristas



GMV - Gasto com manutenção de veículos



Análise e comentários sobre o desempenho

Para o indicador Km – Quilometragem foi estipulada a meta de redução de 2% em relação ao ano de 2019. O total de redução alcançada foi de 650.106 quilômetros, equivalente a 38,75%, a menos que o total percorrido em 2019. Portanto, a meta foi superada. Este resultado se deve, em parte, a suspensão das viagens locais e estaduais em virtude da pandemia COVID-19.

Para o indicador VF – Quantidade de veículos flex foi estipulada a meta de manter o mesmo total de 54 veículos modelo flex existente em 2019. A meta foi alcançada, pois não houve aquisição, em 2020, desse tipo de veículo.

Para o indicador VD – Quantidade de veículos a diesel foi estipulada a meta de aumento em 6% do total de 33 unidades disponibilizadas em 2019. Em 2020, foram adquiridas mais duas unidades perfazendo o total de 35 veículos, cujo percentual de acréscimo foi de 6,06%, em relação ao ano de 2019. Por conseguinte, a meta foi superada.

Para o indicador QVe – Quantidade de Veículos foi estipulada meta de aumento em 2% do quantitativo de 87 unidades disponibilizadas em 2019. A meta foi superada, pois sobreveio acréscimo de mais duas unidades perfazendo um total de 89 veículos, que corresponde ao percentual de 2,30%.

Para o indicador QVs – Quantidade de veículos de serviço foi estipulada a meta de manutenção do mesmo quantitativo de 73 unidades disponibilizadas em 2019. Porém, ocorreu acréscimo de quatro unidades, perfazendo o total de 77 que corresponde ao percentual de 5,48%. A meta não foi alcançada.

Para o indicador QVM - Quantidade de veículos para transporte de magistrados foi estipulada a meta de manutenção do mesmo quantitativo de 14 unidades disponibilizadas em 2019. Todavia, ocorreu redução de duas unidades, perfazendo o total de 12, que corresponde ao percentual de menos 14,29%. A meta não foi alcançada.

Para o indicador GMV – Gasto com manutenção de veículos foi estipulada a meta de redução do gasto em 5%, em relação a 2019. O percentual de redução obtido foi de 43,68%, o equivalente a economia de R\$ 333.563,13. A meta foi superada.

Para o indicador GCM Gasto com contratos de motoristas não foi estipulado meta. No entanto, observa-se que houve redução dos gastos em 24,68%, equivalente a economia de R\$ 339.733,64.

Os indicadores VEI - Quantidade de veículos elétricos, VGN - Quantidade de veículos a gás natural, VH - Quantidade de veículos híbridos não se aplicam à realidade deste Poder tendo em vista não dispor de tais modelos. Não foi estipulada meta para esse indicador, no período em análise.

Combustível

Objetivo: monitoramento do consumo dos diversos tipos de combustíveis utilizados na frota de veículos oficiais.

12 CONSUMO E
PRODUÇÃO
RESPONSÁVEIS

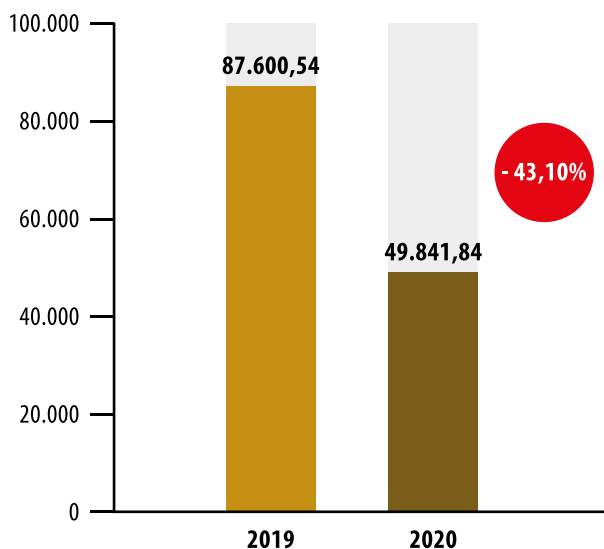


ODS-Meta 12.2

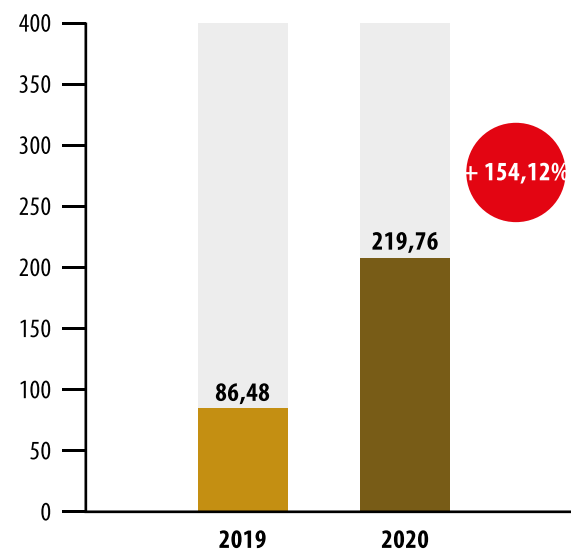
Até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais.

Fonte: <https://odsbrasil.gov.br/>

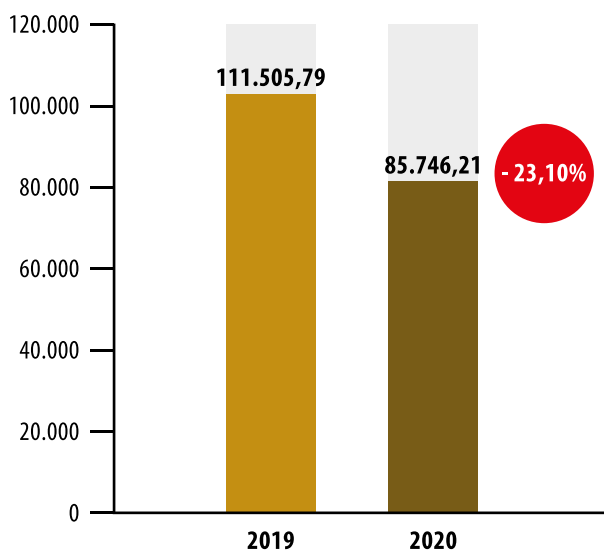
CG - Consumo de gasolina (litros)



CE - Consumo de etanol (litros)



CD - Consumo de diesel (litros)



Análise e comentários sobre o desempenho

Para 2020 foram instituídas metas de redução para o consumo de diesel (1%), de gasolina (2%) e de aumento do consumo de etanol (25%), em relação ao ano de 2019.

Da análise do resultado extraiu-se que o consumo de diesel foi reduzido em 23,10%, equivalente a 25.759,58 litros consumidos a menos que em 2019. A meta foi superada.

O consumo de gasolina foi reduzido em 43,10%, equivalente a 37.758,7 litros consumidos a menos que em 2019. A meta foi superada.

Em relação ao consumo de etanol, alcançou-se o percentual de acréscimo em 154,12%, equivalente a 133,28 litros de etanol consumidos a mais que em 2019. A meta foi superada.

A superação das metas de redução do consumo dos combustíveis gasolina e diesel, bem como da meta de aumento da utilização de combustível etanol, demonstra que este Poder busca contribuir para a preservação do meio ambiente, uma vez que reduzir a utilização de combustíveis oriundos de fontes não renováveis gera menos gases poluentes descarregados na atmosfera, significa que menos fontes naturais foram utilizadas devido o uso de combustível oriundo de fonte de energia limpa e renovável.

No que se refere ao indicador CGN - Consumo de gás natural verificou-se que não se aplica à realidade deste Poder, em virtude de não existir demanda pelo consumo. Não foi instituída meta para este indicador, no período executado.

Qualidade de Vida

Objetivo: monitoramento da participação da força de trabalho total em ações de qualidade de vida e solidárias e da quantidade de ações de inclusão de forma a estimulá-las, para fomentar a política de valorização do corpo funcional.

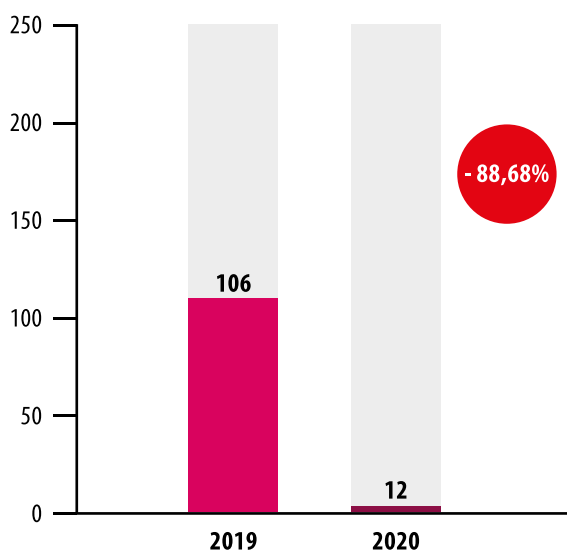


ODS-Meta 20.3

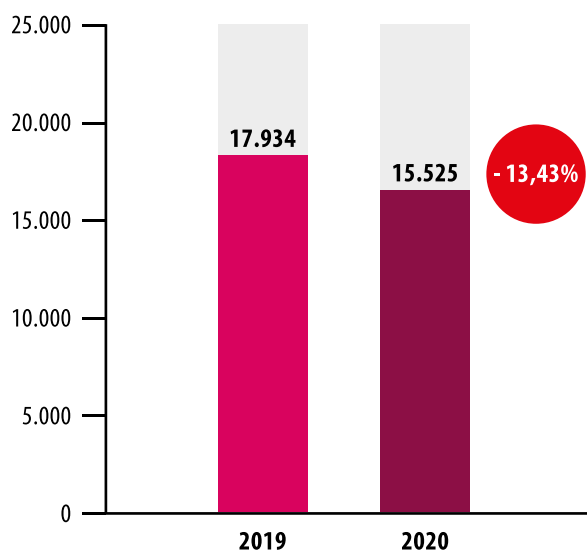
Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da produção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito.

Fonte: <https://odsbrasil.gov.br/>

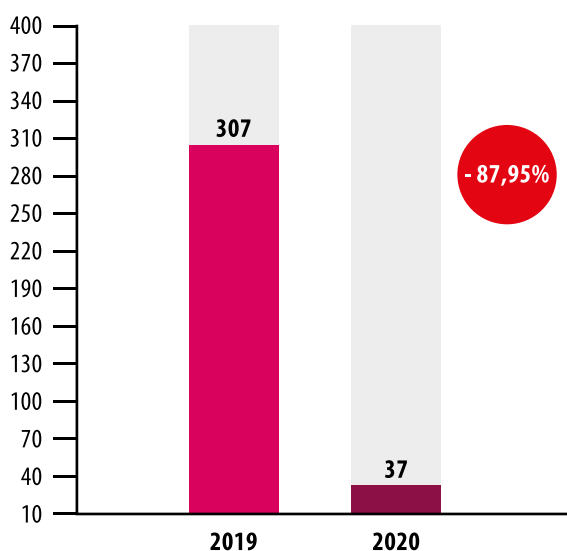
3.15.1 AQV - Quantidade de ações de qualidade de vida (total de ações)



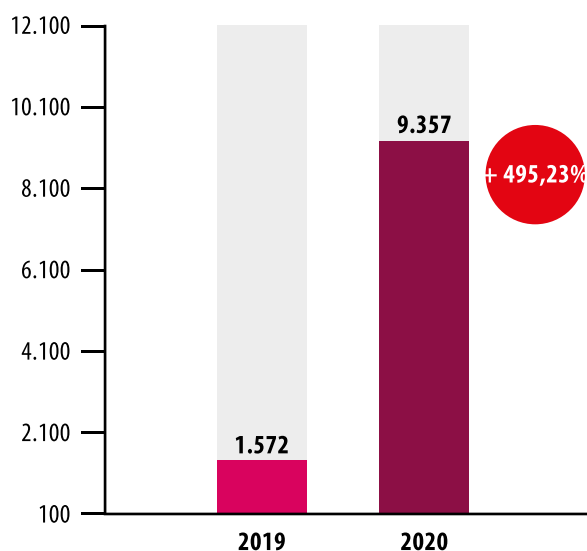
3.15.2 PQV - Participações em ações de qualidade de vida (total de participantes)



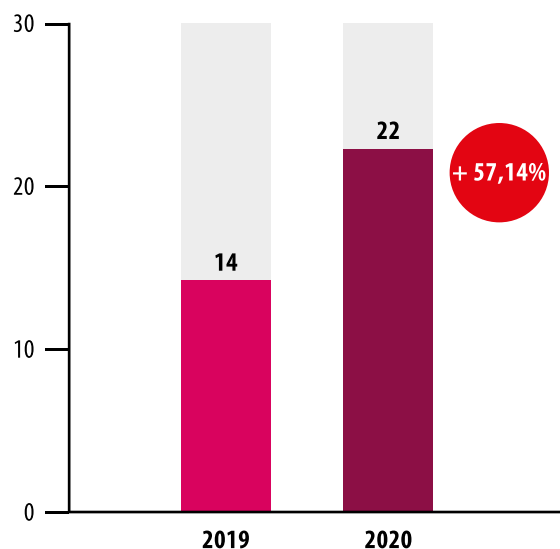
3.15.3 AS - Quantidade de ações solidárias (total de ações)



3.15.4 PS - Participações em ações solidárias (total de participantes)



3.15.5 Alnc - Ações de inclusão (total de ações)



Análise e comentários sobre o desempenho

Para o indicador AS – Quantidade de ações solidárias foi estipulada a meta de realização de 02 ações. A meta foi superada, pois foram realizadas 37 ações. Apesar do resultado obtido, em 2020, houve redução em 87,95%, do total de ações realizadas em comparação ao exercício de 2019.

No que se refere ao indicador de Participações em ações solidárias ocorreu aumento no total de participantes cujo índice foi de 495,23% a mais que no período anterior, mesmo com redução de 87,95% do total de ações realizadas em 2020. Não foi prevista meta, para o período em análise.

Para o indicador AQV – Quantidade de ações de qualidade de vida foi instituída a meta de manter em 80% a quantidade de ações de qualidade de vida, em referência ao ano de 2019. A meta não foi alcançada devido à redução do índice em 88,68%, do total das ações realizadas em 2020.

Para o indicador de Participação em ações de qualidade de vida, foi estabelecida a meta de manter em 70%, em relação ao ano anterior, o total de participação de magistrados e servidores. A meta não foi alcançada em virtude da ocorrência redução no quantitativo de participação em 13,43%, no período analisado.

Para o indicador Alnc - Ações de inclusão foi estipulada a meta de realização de 03 ações. A meta foi superada, pois foram realizadas 22 ações, com aumento em 57,14% do total de ações realizadas, em relação ao ano de 2019.

A redução dos totais de ações realizadas e de participação dos servidores em ações relacionadas aos indicadores se deve, em parte, às medidas para contenção da contaminação pelo COVID-19 e de contingenciamento orçamentária por efeito do cenário de incerteza quanto ao futuro da economia que se instalou, não sendo possível desenvolver o plano de trabalho elaborado inicialmente por conter várias ações que seriam realizadas na modalidade presencial.

Capacitação Socioambiental

Objetivo: monitoramento da participação do corpo funcional em ações de capacitação e sensibilização relacionadas ao tema de sustentabilidade de forma a subsidiar a tomada de decisões quanto ao estímulo dessas temáticas.

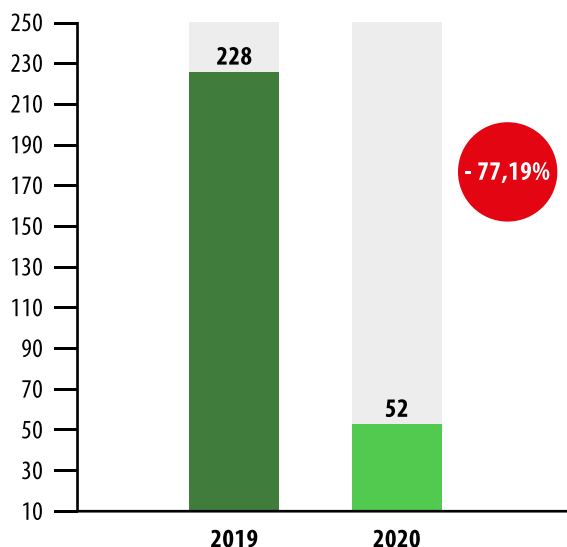


ODS-Meta 13.3

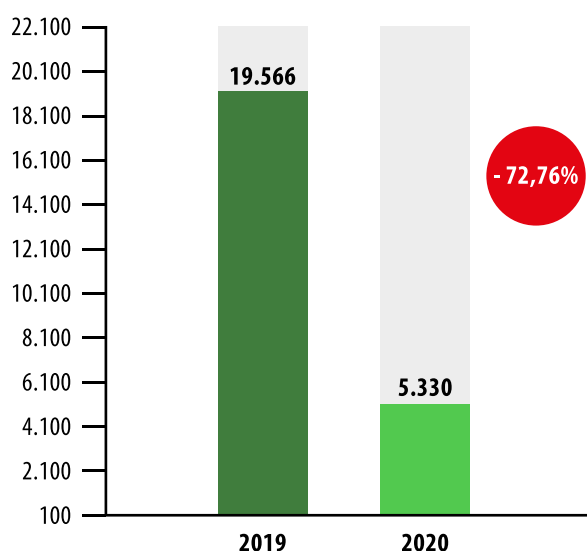
Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima.

Fonte: <https://odsbrasil.gov.br/>

3.16.1 ACap - Ações de capacitação e sensibilização (total de ações)



3.16.2 PSC - Participação em ações de sensibilização e capacitação total (total de participantes)



Análise e comentários sobre o desempenho

Para o indicador ACap – Ações de capacitação e sensibilização foi estipulada a meta de realização de 24 ações. A meta foi superada, pois foram realizadas 52 ações ofertadas no formato de cursos, palestras e campanhas de sensibilização.

Apesar da superação da meta acima mencionada, em relação aos índices de 2019, os resultados apresentados em 2020 foram significativamente reduzidos, pois se obteve redução de 77,19%, do quantitativo de ações realizadas e de 72,76% do total de participantes em ações de capacitação e sensibilização.

A redução dos índices dos indicadores se deve, em parte, às medidas para contenção da contaminação pelo COVID-19 e de contingenciamento orçamentário por efeito do cenário de incerteza quanto ao futuro da economia, não sendo possível desenvolver o plano de trabalho inicialmente elaborado por prever diversas ações que seriam realizadas na modalidade presencial.

PAINEL DE RESULTADOS DAS AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS

A Portaria TJTO 1190, de 01 de abril de 2016, instituiu o Plano de Logística Sustentável. Para 2020, foram planejadas 86 ações subdivididas por tema e dispostas em 10 Planos de ação. Foram executadas pelos servidores lotados na Presidência, Diretoria Geral - Núcleo de Gestão Socioambiental, Comissão de Acessibilidade e Inclusão, diretorias administrativas e dos Foros das quarentas comarcas.

Ressalte-se, algumas ações planejadas não foram executadas em virtude da publicação da Portaria-Conjunta nº 001 – 17/03/2020, oriunda da Presidência do Tribunal de Justiça e Corregedoria-Geral da Justiça, na qual determinou adoção de medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19), no âmbito do Poder Judiciário do Tocantins. No entanto, foi possível utilizar-se dos meios eletrônicos e semi-presencial para realização de algumas ações, conforme segue descrito:

Durante reunião por videoconferência, foi assinado acordo de cooperação técnica entre o Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO), Ministério Público Estadual (MPE), Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH) e o Instituto Natureza do Tocantins (NATURATINS). O documento tem o objetivo de estabelecer as condições gerais de um regime de mútua colaboração para o compartilhamento de informações visando à desburocratização, maior eficiência e celeridade no desenvolvimento de ações integradas na defesa e proteção do meio ambiente, bem como a viabilização da solução consensual de conflitos na área ambiental.

O Núcleo de Gestão Socioambiental com o auxílio de uma Comissão composta por servidores lotados na Escola Superior da Magistratura Tocantinense, Fórum de Palmas, Diretoria Administrativa, Diretoria de Infraestrutura e Obras, Diretoria de Gestão de Pessoas, Diretoria de Tecnologia da Informação e Assessoria Militar, desenvolveu procedimentos para implantação do projeto Coleta Seletiva Solidária. O projeto será inicialmente instituído na comarca de Palmas, na sede do Tribunal de Justiça e demais prédios administrativos.

O escopo do projeto é proceder com a destinação ambientalmente adequada de resíduos sólidos não perigosos, gerados durante as atividades laborais e fomentar ações de educação socioambiental voltada à gestão adequada de resíduos.

Os resíduos gerados serão destinados à Cooperativa de Catadores de Recicláveis de Palmas (COOPERAN) e a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Sólidos de Palmas (ASCAMARES), vencedoras do Certame de credenciamento e habilitação. Busca-se com o Projeto contribuir para geração de emprego e melhorar a renda das famílias de catadores de resíduos recicláveis. Com objetivo de difundir a Política de responsabilidade socioambiental, no segundo ciclo de execução do projeto Justiça Cidadã, foi ministrada palestra pelo Núcleo de Gestão Socioambiental, sobre o Plano de Logística Sustentável e

uso racional dos recursos direcionada aos magistrados, servidores, estagiários, voluntário, funcionários terceirizados e públicos em geral.

Além disso, foi realizado diagnóstico situacional do Almoxarifado das comarcas visitadas, foi aplicado questionário eletrônico a magistrados e servidores para coleta de informações que servirão de subsídios para futuro planejamento das ações a serem desenvolvidas nos próximos ciclos de execução do PLS.

Em observância ao artigo 6º da Resolução CNJ 201/2015 e ao artigo 4º, inciso IX, da Resolução TJTO 22/2015, bem como aos princípios da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, especialmente os ODS 9 e 17, foi desenvolvido o projeto Rede To Sustentável cuja formalização adveio por meio da assinatura de Termo de Cooperação TJTO nº 02/2.019. A finalidade geral do projeto é promover o intercâmbio de experiências e informações, mediante a implementação de ações conjuntas e de apoio mútuo entre os servidores do Tribunal de Justiça, Ministério Público Estadual, Tribunal de Contas, Tribunal Regional Eleitoral, Defensoria Pública Estadual, Universidade Estadual do Tocantins, Universidade Federal do Tocantins, para a implementação de programas, projetos e ações interinstitucionais de responsabilidade socioambiental.

Na primeira fase do Projeto, foi realizado pelo Tribunal Regional Eleitoral o 1º Seminário de Gestão Socioambiental da Justiça Eleitoral do Tocantins. O evento contou com a participação de servidores das 07 (sete) instituições que compõem a Rede e abordagem de palestras sobre sustentabilidade, ética, gestão e mudança de comportamento quanto ao uso dos recursos disponibilizados no ambiente de trabalho.

Para continuidade do Projeto outras ações foram planejadas as quais contemplaram a execução dos temas de eficiência energética, gestão de resíduos sólidos, educação ambiental, construção sustentável e plano de comunicação para sustentabilidade. Porém, não foi possível executar em razão do advento da Pandemia COVID-19.

Em conjunto com a Diretoria de Comunicação Social, o Núcleo de Gestão Socioambiental elaborou calendário socioambiental e promoveu a aquisição de kits de caneca e copo permanente para café e água, distribuindo-os ao corpo funcional com o objetivo de reduzir o uso de copos descartáveis.

Outra ação que merece destaque foi a participação do Tribunal de Justiça, por meio do Núcleo de Gestão Socioambiental, no evento Hora do Planeta. O ato simbólico foi promovido em todo o mundo pela WWF-Brasil, que é uma organização da sociedade civil brasileira, de natureza não-governamental e constituída como associação civil sem fins lucrativos que trabalha para mudar a atual trajetória de degradação ambiental e promover um futuro onde sociedade e natureza convivam em harmonia. Esta ação buscou promover conscientização da sociedade quanto à utilização racional dos recursos ambientais disponíveis.

Os membros da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável (PLS) juntamente com a Comissão Auxiliar de revisão do PLS, reuniram-se para tratar da revisão do Plano de Logística Sustentável que será executado no biênio 2021-2023. A fase de revisão contou com a participação, por meio de videoconferência, de servidores e magistrados lotados em todas as unidades administrativas e judiciais. Foi ministrada palestra sobre o planejamento da estratégia socioambiental com o objetivo de atender novas diretrizes determinadas pelo Conselho Nacional de Justiça. Ainda, foi disponibilizado questionário eletrônico para coleta de críticas e sugestões sobre o Plano de Logística Sustentável.

Atendendo ao disposto na Resolução CNJ nº 230, de 22 de junho de 2016, foi instituída Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão por meio da Portaria TJTO nº 1768, de 26 de agosto de 2019. Neste ciclo, diversas atividades destinadas ao público interno e externo foram

executadas, dentre elas, a publicação da Portaria 1241 ASPRE que atribuiu à Diretoria de Infraestrutura e Obras – DINFRA, competência para implementação das ações oriundas da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão.

Os órgãos julgadores do Poder Judiciário Estadual, Secretarias das Câmaras e Tribunal Pleno foram oficiados para que atendessem aos dispositivos do art. 10 da Resolução CNJ n. 230/2016, tendo em vista que tratam especificamente das audiências e julgamentos.

Foi incluída no orçamento a previsão de aquisição de equipamentos de autoatendimento para consulta processual acessíveis, com sistema de voz ou de leitura de tela para pessoas com deficiência visual, com altura compatível para usuários de cadeira de rodas.

Para possibilitar que nas sessões públicas ocorressem traduções simultâneas e ao vivo, foi efetuado o credenciamento de tradutores e intérpretes em libras, de modo a facilitar a acessibilidade e a inclusão, bem como atender ao disposto no Art. 5º, VI da Portaria nº 88/2020-CNJ e ao art. 10º, inciso XIII, da Resolução 230/2016.

Ocorreu aquisição de um microônibus com modelo adaptado para passageiros com deficiência (cadeirante e dificuldade de locomoção), com plataforma elevatória, conforme normativos do CONTRAN e outros aplicáveis.

O Regimento Interno do TJTO – Resolução nº. 104/2018, notadamente inciso III do artigo 17, sofreu alteração para que a aprovação dos projetos dos edifícios do fórum e da cadeia pública sejam submetidos à aprovação da Comissão da Acessibilidade e Inclusão, haja vista o contido na Resolução nº. 230//2016 do CNJ.

Foi implementado o uso da funcionalidade VLibras nos formulários eletrônicos da Ouvidoria (Elogio, Crítica, Reclamação, SIC, Denúncia, Sugestão, dúvida) de modo a garantir a acessibilidade e a inclusão e atender ao Art. 5º, VI da Portaria nº 88/2020-CNJ em convergência com o art. 10, inciso IX da Resolução 230/2016.

Para garantir a acessibilidade e a inclusão e atender ao Art. 5º, VI da Portaria nº 88/2020-CNJ em convergência com o art. 10, inciso IX da Resolução 230/2016, foi efetuada a aquisição de uma impressora em braile. Foi elaborado projeto de adequação física, elétrica, acústica, climatização e tecnológica da sala para futura instalação da impressora em braile.

Todos os projetos de obras que se encontram em andamento, bem como dos projetos novos para inserção de conceitos de acessibilidade e inclusão, foram submetidos à aprovação da Comissão de Acessibilidade e Inclusão, em atenção ao disposto no art. 10º, inciso I, da Resolução 230/2016 do CNJ. Foram aprovados projetos de construção dos Fóruns e obras das comarcas de Cristalândia e Araguacema e do Auditório do Tribunal de Justiça em atendimento ao Art. 5º, VI da Portaria nº 88/2020-CNJ em observância ao contido no art. 10º, inciso I da Resolução 230/2016.

Foram implementados histogramas com resumos de cada dimensão da acessibilidade de maneira a contemplar todas as respostas referentes ao questionário aplicado no ano de 2019. As informações servirão de base para

diagnóstico da acessibilidade, inclusão e futuras diretrizes e ações, conforme reza o Art. 5º, VI da Portaria nº 88/2020-CNJ.

Foi realizado o I Seminário em comemoração ao Dia Internacional das Pessoas com Deficiência. O evento objetivou discutir as desigualdades e as invisibilidades vivenciadas pelas pessoas com deficiência, com o pensamento voltado à inclusão desse seguimento na sociedade, como um dos princípios básicos dos Direitos Humanos. Os temas tratados trouxeram abordagens sobre os desafios para eficácia da legislação em defesa da pessoa com deficiência em nosso País; A condição da pessoa com deficiência ao longo da história; A superação do conceito clínico de pessoa com deficiência; As perspectivas para as pessoas com deficiência; Direitos Humanos: pessoa com deficiência, proteção legal e a acessibilidade atitudinal; Inclusão de pessoas com deficiência: quebrando paradigmas e a experiência de um cego no serviço público.

A Corregedoria-Geral da Justiça inseriu em seu Planejamento Estratégico a responsabilidade socioambiental como atributo de Valor para a sociedade. Em busca implementar práticas em benefício da sociedade e do meio ambiente de modo a promover a melhoria da prestação jurisdicional foram executadas Correições Judiciais Ordinárias com metodologia de uso ferramenta eletrônica que possibilitou aplicação dos Termos de Correição de forma remota e eletrônica, como previsto tanto no Regimento Interno do TJTO quanto no Regimento Interno da CGJUS.

Essa ação propiciou mais agilidade na comunicação e proximidade do órgão censor com os magistrados e servidores das unidades judiciárias e administrativas do primeiro grau de jurisdição. Houve redução de gastos financeiros despendidos com diárias, consumo de combustível e redução do desgaste da frota de veículos ocasionada pelo não deslocamento de servidores até a vara/unidade judiciária e administrativa.

Foi executado o projeto Backup que possibilitou a integralização entre o sistema eletrônico GISE da CGJUS e os sistemas das Serventias Extrajudiciais do Estado do Tocantins. A ferramenta propiciou segurança jurídica e transparência no acesso remoto e por via eletrônica às cópias do inteiro teor de todos os atos praticados pelas serventias extrajudiciais. Além de possibilitar que as correições extrajudiciais ordinárias, em todas as serventias extrajudiciais, ocorressem de forma remota e virtual produzindo mais redução de despesas e otimização das rotinas de trabalho.

A Escola Superior da Magistratura e a Diretoria de Infraestrutura e Obras promoveram ações de acessibilidade e inclusão ao instalarem piso tátil e placas em braile para melhor atender o público-alvo. Para atender a demanda surgida pelo advento da pandemia Covid-19, a referida Escola, aplicou as avaliações de monitoramento do ensino e reação, em formato digital e ampliou a realização de cursos na modalidade EaD.

Em comemoração a Semana do Meio Ambiente, a Diretoria de Comunicação Social distribuiu copos e xícaras permanentes aos servidores e realizou duas campanhas com abordagem do tema de consumo consciente sobre o uso dos recursos econômicos e ambientais disponibilizados. Os materiais da campanha foram disponibilizados em formato eletrônico nas redes sociais.

Por meio da Diretoria de Gestão de Pessoas foram realizadas diversas ações para atender ao tema e indicadores de Qualidade de vida, dentre elas se destacaram o Programa de Preparação para Aposentadoria e dos projetos Ginástica Laboral, Projeto Rede de Esportiva da Justiça (REJ), projeto de Atenção à Saúde, Curso de Capacitação em Suporte Básico de Vidas (BLS), Oficinas de Conscientização de servidores e magistrados sobre os direitos das pessoas com deficiência, Judiciário na Medida e Pesquisa de Clima Organizacional direcionada ao Público Interno.

Foi realizado o evento Semana da Saúde em comemoração ao Dia do Servidor Público, com disponibilização de palestra virtual com o escritor e psiquiatra Augusto Cury. A abordagem consistiu em tratar temas de saúde mental no intuito de sensibilizar os servidores e magistrados

do Poder Judiciário Tocantinense quanto à melhoria das relações interpessoais e proporcionar mais qualidade de vida no trabalho e equilíbrio emocional em tempos de Pandemia.

Como parte das ações constantes do Calendário de Saúde Preventiva foi realizada a campanha de vacinação contra a H1N1 sendo administradas 2.309 doses de vacinas, de modo a atender 62 magistrados, 1.152 servidores ativos e inativos, 1.030 dependentes e 65 funcionários terceirizados. Foram promovidas as campanhas Setembro Amarelo, por meio do NAPSI, e Outubro Rosa para promover conscientização sobre a prevenção do câncer de mama, com utilização de mídias Whatssap, Instragram e Portal eletrônico do Tribunal.

Foi realizada a ação de controle de absenteísmo com duas análises anuais destinadas a verificação da saúde de magistrados e servidores, cujos resultados obtidos foram encaminhados ao Conselho Nacional de Justiça, para ciência.

O Projeto Gestão de Pessoas por Competências tornou-se um projeto estratégico, conforme definido pelo Comitê Técnico de Promoção da Gestão de Pessoas por Competências, o qual será continuado no próximo ciclo de execução do Plano de Logística Sustentável.

O gerenciamento e a destinação dos resíduos de saúde são efetuados por uma empresa especializada no tratamento ambientalmente adequado desse tipo de resíduo. A quantidade coletada é informada ao Conselho Nacional de Justiça, mensalmente, por meio do sistema PLS-Jud.

O projeto Pilates no Solo atendeu 40 (quarenta) alunos lotados no Tribunal de Justiça e no Fórum de Palmas. No período de abril a outubro, as aulas foram disponibilizadas na forma virtual, pelo aplicativo Skype, com acompanhamento de uma fisioterapeuta.

No Projeto Justiça Cidadã foram realizados 911 atendimentos de serviços de auriculoterapia, orientações sobre qualidade de vida, orientações sobre a cartilha da Coluna, e-book da Ergonomia e Mat Pilates e realizada entrega dos aparatos ergonômicos. Nesta edição foram atendidas as comarcas de Novo Acordo, Miracema, Natividade, Almas, Dianópolis, Taguatinga, Aurora do Tocantins, Ponte Alta, Tocantinópolis, Araguatins, Augustinópolis, Ananás, Filadélfia, Goiatins, Xambioá, Wanderlândia, Paraíso, Colméia, Araguacema, Guaraí, Figuerópolis, Arraias, Paranã, Palmerópolis, Peixes, Pium, Cristalândia, Alvorada, Araguaçu, Formoso do araguaia, Itacajá, Pedro Afonso, e o município de Mateiros.

O projeto Qualidade de Vida proporcionou atendimento a magistrados e servidores com serviços de acupuntura, reabilitação vestibular, *dry needling*, auriculoterapia e atendimentos com terapias integrativas que tem por objetivo restaurar o equilíbrio energético dos meridianos que estão localizados em pontos diversos do corpo humano, onde é possível equilibrar as emoções, amenizar a ansiedade, proporcionando melhoria na qualidade de vida e bem estar emocional.

Durante a realização do projeto Justiça Cidadã nas comarcas a Assessoria Militar (ASMIL) realizou palestra sobre segurança em geral e institucional direcionada a magistrados, servidores e ao público em geral. No que tange ao

investimento na melhoria da segurança institucional a ação planejada foi estudar a viabilidade de aquisição de um sistema completo de equipamentos de controle de acesso mediante o uso de catracas. Esta ação está em fase de conclusão dos trabalhos para elaboração dos Estudos Preliminares, Análise de Risco e o Termo de Referência. A meta foi parcialmente atendida, em virtude da situação emergencial decorrente da pandemia Covid-19, que elevou a demanda por serviços da área de informática.

Houve aquisição de 01 unidade de veículo blindado, para escolta de magistrados em situação de risco. No que se refere à ação planejada de contratação de prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva do sistema de CFTV. Foi redimensionada a demanda de maneira a propor aquisição de um sistema mais completo de Circuito Fechado de TV (CFTV). A meta não foi alcançada em virtude de o sistema não ter sido adquirido em razão do surgimento, em virtude da pandemia COVID-19, de outras demandas prioritárias atendidas pelo setor de informática. Esta ação está prevista para ser executada no próximo ciclo do PLS.

A contratação de serviço de manutenção corretiva e preventiva para os equipamentos de raios-x foi totalmente atendida e contemplou as unidades do TJ, Fórum de Palmas/TO, Fórum de Araguaína/TO, Fórum de Gurupi/TO, Fórum de Porto Nacional/TO. Assim, a meta planejada foi atingida em sua totalidade.

Quanto à ação planejada de revisar todos os contratos de vigilância em vigor, no contrato de vigilância armada – Contrato 71/2015, ocorreu prorrogação excepcional pelo período de 28/05/2020 a 27/11/2020. Foram atendidos 19 postos de serviço de vigilância armada em 13 unidades localizadas na Capital e no interior. Não foi possível reduzir o custo em face da necessidade contínua de manter a segurança das instalações e dos bens patrimoniais e, também, exercer controle de movimentação de pessoas que demandam às dependências dos prédios.

Nesse sentido, foi realizado o levantamento das necessidades dos serviços com a proposta de redimensionamento do sistema de segurança armada terceirizada, com vistas a maximizar os recursos disponíveis de forma a proporcionar a contratação de mais dez postos e ampliar a prestação dos serviços. Essa necessidade surgiu em virtude da medição dos indicadores da Segurança Pública tocantinense apontar redução significativa dos recursos humanos indispensáveis ao policiamento urbano e rural, principalmente nas localidades mais distantes da Capital.

Nos Contratos de vigilância eletrônica por meio do sistema de alarmes e cerca/elétrica houve supressão de 02 (duas) unidades totalizando 46 disponibilizadas. Neste caso, houve redução do custo mensal de R\$ 35.874,58 para R\$ 34.616,26, totalizando economia anual de R\$ 15.099,84.

Os cursos de educação e capacitação em serviços de vigilância armada e desarmada em Gestão Estratégica de Segurança Institucional, Plano de Segurança Orgânica, palestra sobre Inteligência e Contraineligência e de Estágio Avançado de Proteção de Autoridades – EAPA, não foram realizados em razão da suspensão das atividades presenciais advinda da pandemia Covid-19. A Diretoria de Tecnologia da Informação efetuou controle de gasto com telefonia móvel. Verificou-se o uso em excesso da franquia sendo efetuado desconto de valores excedentes em folha de pagamento dos servidores que ultrapassaram a cota mensal, conforme prevê a Instrução Normativa do PJTO nº 03, de 14 de maio de 2013.

Do mesmo modo, foi elaborada e será publicada em conjunto com o Núcleo de Gestão Socioambiental, a Política de impressão a qual disporá de mecanismos para melhoramento do controle e monitoramento dos serviços de impressão e reprografia objetivando a redução do uso e gastos com os referidos serviços.

A Diretoria de Infraestrutura e Obras inseriu em todos os contratos novas exigências às

empresas contratadas de utilização de bens e produtos recicláveis, reutilizáveis e biodegradáveis na realização da obra ou reforma, bem como a comprovação da certificação da madeira a ser utilizada nas obras de construção e reforma.

Para promover eficiência energética e hídrica nos prédios em construção e em reforma foram inseridos em todos os novos projetos os conceitos de construção sustentável. Na comarca de Miracema do Tocantins, recém-construída, foi instalada mini usina de energia fotovoltaica cujos resultados coletados nos primeiros três meses de instalação, demonstram economia de 96% do consumo de energia elétrica. Registre-se que anterior à instalação o consumo era de 4.770 kWh e, após, a média de consumo mensal passou a ser de 200 kWh.

Além das ações supracitadas foram instaladas telhas termoacústicas, interruptores individualizados por ambiente, lâmpadas de LEED, aproveitamento das águas dos ares-condicionados, construção de reservatórios para captação de água pluvial, aquisição de torneiras automáticas e com fechamento de ¼ de volta, caixa de descarga com duplo acionamento, manutenção preventiva e corretiva de aparelhos energéticos, instalados bicicletários e itens de acessibilidade motora, tátil e visual em todos os prédios recém-construídos.

Foram instalados novos aparelhos de ares condicionados com sistema inverter nos prédios do Tribunal de Justiça (redução do consumo de energia em 33%), Anexo II e Fóruns de Palmas (redução do consumo de energia em 17%), Miracema do Tocantins (redução do consumo de energia em 47%), Figueirópolis (redução do consumo de energia em 17%), Itaguatins (redução do consumo de energia em 24%), Arraias (redução do consumo de energia em 14%).

A Diretoria Administrativa adotou novos procedimentos com fins de gerar redução de despesas com manutenção veicular, dentre os quais estão a realização de cotação acima de três orçamentos para aquisição de itens, orientação dos condutores a adotarem dirigibilidade mais eficiente, monitoramento mensal dos gastos de manutenção e combustível da frota traçando comparativos entre a série histórica de gasto e consumo.

Para melhor controlar e reduzir o deslocamento de veículos está sendo efetuada a contratação de empresa especializada no serviço de monitoramento e rastreamento veicular, com geolocalização, transmissão de dados via GPS, GSM/GRPS, com acesso via internet 24 horas pelo usuário, com central de monitoramento, armazenamento de dados, cobertura nacional, incluindo o fornecimento de equipamentos, treinamento de pessoal e serviços nos veículos. A previsão é que seja finalizada a contratação e inicie o funcionamento no próximo ciclo de execução do PLS.

Para reduzir os gastos com pneumáticos e promover o descarte ambientalmente adequado de pneus, foi firmado Termo de Cooperação com a Prefeitura Municipal de Palmas sendo inicialmente descartadas 105 unidades de pneus.

[

Em conformidade com a Portaria TJTO nº 145/2011, foram destinados por meio de processo de alienação, 23 veículos que contribuíam para o alto custo com manutenção devido a alta quilometragem, a ociosidade e serem classificados como antieconômicos. Foi arrecadado o total de R\$ 778.210,00 que será incorporado ao patrimônio do Tribunal, por meio do Fundo de Moder-

nização e Aprimoramento do Poder Judiciário (FUNJURIS).

A frota de veículos foi renovada com aquisição de 26 veículos novos de maneira que contribuiu com a melhoria da eficiência no atendimento da demanda por transportes de desembargadores, magistrados, servidores e terceirizados. Proporcionou conforto e segurança aos usuários, mais economia de gastos com combustível e manutenção, e redução das emissões de poluentes na atmosfera.

Foram doados bens avaliados como irrecuperáveis. Destes, alguns foram destinados à cooperativa e a associação de catadores de recicláveis. Na aquisição de bens foram priorizados os que consomem menos energia. Nas aquisições de móveis passou-se a exigir o Certificado de Conformidade com a Norma FSC-STD-40-004 V3, o qual garante que toda madeira utilizada na confecção dos produtos deve ser retirada de área de reflorestamento, evitando o desmatamento e a degradação ambiental.

Para reduzir o consumo de copos descartáveis, papel, toneres e outros itens foi intensificado o controle de distribuição trimestral. Foram implantados em todas as comarcas os subalmoxarifados, oferecendo aos demandantes a possibilidade de manusear e conhecer, em tempo real, o gasto e o consumo dos itens em suas unidades. Para atendimento das novas requisições foi observada a média mensal de consumo de cada localidade e analisada a real necessidade de obtenção dos itens.

Foi efetuada campanha educativa em meio eletrônico sobre a coleta, o armazenamento, o transporte e o descarte do material reciclado. Os toneres vazios foram destinados a empresa especializada na reciclagem desse tipo de resíduo perigoso.

As Diretorias dos Foros praticam gestão comunicativa entre suas setoriais objetivando estabelecer política educativa quanto a utilização de recursos e despertar os usuários para exercício de suas funções de maneira sustentável. Na comarca de Araguaína, foi incentivada a leitura e troca de literatura por meio do projeto Geladeira Literária. O projeto consistiu na utilização de um refrigerador descartado como biblioteca de livros. O Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) desenvolveu campanha de incentivo a leitura e estimulou o compartilhamento de livros entre magistrados, servidores, terceirizados, estagiários e voluntários.

Na gestão dos resíduos gerados na referida Comarca, foram descartados resíduos de papel com destinação à empresa Associação Movimento Ecológicos Amigos do Meio Ambiente (AMEAMA). Os resíduos foram reutilizados em trabalhos artesanais confeccionados pela comunidade local.

Além disso, a Diretoria do Foro da comarca de Araguaína, no intuito de economizar energia elétrica efetuou rigoroso controle de uso dos aparelhos de ar condicionado instalados nos corredores de todos os pavimentos do prédio, sendo os mesmos ligados somente em horários específicos, a depender do fluxo de pessoas em dias de audiência. Ainda, o controle se estendeu ao desligamento das luzes e dos ar condicionado nos ambientes após encerramento do expediente. A educação socioambiental é direcionada a magistrados, servidores e força de trabalho auxiliar, os quais são orientados a desligarem os aparelhos eletroeletrônicos quando não estiverem em uso, assim como utilizar impressão no modo frente e verso, uso de copos e canecas permanentes.

Na comarca de Miranorte foi implantado o Projeto Agenda Ambiental cujo escopo foi desenvolver ações socioambientais para promoção do uso racional dos recursos disponibilizados pelo Tribunal. O Projeto engloba o tratamento de 08 eixos temáticos, sendo eles: papel, copos descartáveis, energia elétrica, água e esgoto, gestão de resíduos, qualidade de vida no ambiente de trabalho, responsabilidade socioambiental e telefonia.

Em abril de 2020, na referida comarca, foi implantada a gestão estratégica, com planejamento tático e operacional para tratar da esfera judicial e administrativa nos anos 2020 e 2021. Para atender a área administrativa foi criado o objetivo de melhorar a gestão de custos. Foram estabelecidas metas locais para a redução de consumo de água, energia, telefone, papel e toner.

A Diretoria do Foro executou ações de controle e monitoramento dos indicadores do Projeto. Foram executadas ações de substituição dos copos descartáveis pelo copo e xícaras permanentes, incentivo a utilização de meios eletrônicos nas comunicações, adoção de letra ecológica Spranc eco sans e impressão frente e verso, campanha de orientação e vistoria após expediente para verificação de desligamento de aparelhos eletroeletrônicos, aproveitamento da água não potável para irrigação dos jardins internos e instrução direcionada aos servidores terceirizados para procederem com a rega dos jardins nos horários de menos incidência solar para evitar desperdícios de água. Os ramais telefônicos foram bloqueados para ligações telefônicas, restando liberado apenas o ramal da recepção no qual são efetuadas todas as ligações e no qual são efetuadas todas as ligações e transferidas aos setores com devida anotação do usuário.

Três outros objetivos integram o referido projeto: propiciar a inclusão social, diminuir os conflitos sociais e aperfeiçoar a gestão da governança judiciária. Para atender ao primeiro objetivo foi executada instalação da Central de Execução Penal e Penas Alternativas (CEPEMA). Para o objetivo de diminuir os conflitos sociais foi padronizada a metodologia de audiências realizadas pelo Centro de Mediação de Conflitos (CEJUSC) sendo promovidas oficinas de parentalidade.

Por fim, para contemplar o objetivo de aperfeiçoar a governança judiciária foram planejados 06 Planos de ação para facilitar o acompanhamento do Projeto junto aos servidores que executarão a estratégia. Dentre as ações realizadas estão a publicação da Portaria própria do Planejamento Tático Operacional da Unidade Judiciária, regimento interno e realização de reuniões.

Na comarca de Palmas ocorreu a substituição da central de ar condicionado por aparelhos individuais, que gerou economia de aproximadamente R\$ 30.000,00, na fatura mensal de energia elétrica. Em razão da pandemia do Covid-19, apesar do controle rigoroso do uso de água no prédio, foi necessário intensificar a limpeza e a higienização, aumentando o consumo de água, bem como restou prejudicado as execuções das ações de aspecto social, dentre elas, os projetos de integração social entre o Poder Judiciário e a comunidade.

Registre-se, nas comarcas de Colinas do Tocantins, Arapoema, Miracema do Tocantins, Paraíso do Tocantins, Colmeia, Natividade, Augustinópolis, Porto Nacional, Arapoema, Pium, Goiatins, Itacajá, Xambioá, Filadelfia, Wanderlândia, Itaguatins, Cristalândia, Aurora, Ponte Alta, Almas, Araguacema, Taguatinga, Araias, Formoso do Araguaia, Ananás, Araguatins, Paranã e Palmeirópolis foram realizadas diversas ações de educação socioambiental direcionada ao uso racional dos recursos disponibilizados. As orientações foram direcionadas a magistrados, servidores, estagiários e terceirizados para procederem com desligamento de aparelhos eletroeletrônicos após uso; adoção de impressão no modo frente e verso, utilização de xícaras e copos permanentes, uso dos meios de comunicação em via eletrônica, descarte ambientalmente adequado dos resíduos gerados, irrigação de jardim em dias alternados e em horários de menor incidência solar a fim de evitar evaporação.

QUADRO RESUMO PLS-PJTO 2020 - EVOLUÇÃO DOS QUANTITATIVOS DE CONSUMOS E DE AÇÕES DE QUALIDADE DE VIDA E CAPACITAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

INDICADOR	2019	2020	VARIAÇÃO 2020/2019	META 2020	SÍMBOLO
Participação em ações de sensibilização e capacitação (unidades)	19.566	5.330	-72,76%	Não estipulada	-
Total Linhas Telefônicas Fixas	551	553	+0,36%	Não estipulada	-
Total Linhas Telefônicas Móveis	407	407	+0,25%	Não estipulada	-
Total de participações em ações solidárias	1.572	9.357	+495,23%	Não estipulada	-
Variáveis Gerais	-	-	-	Não estipulada	-
Resíduos Sólidos	-	-	-	Não estipulada	-
Quantidade de postos de vigilância armada (unidades)	10	10	-0,0%	Aumentar mais 10 postos de vigilância armada	Meta não alcançada
Quantidade de ações de qualidade de vida	106	12	-88,68%	Manter em 80% a quantidade de ações, em relação ao ano anterior	Meta não alcançada
Participações em ações de qualidade de vida (Participantes)	17.934	15.525	-13,43%	Manter em 70%, a participação do corpo funcional, em relação ao ano anterior	Meta não alcançada
Consumo de água (m3)	49.075	38.872	- 20,79%	Manter a média de elevação do consumo em 5%, em relação ao ano anterior.	Meta não alcançada
Quantidade de veículos de serviço (unidades)	73	77	+5,48%	Manter o total de 73 veículos, em relação ao ano anterior.	Meta não alcançada
Quantidade de veículos para transporte de magistrados (unidades)	14	12	-14,29%	Manter o total de 14 veículos, em relação ao ano anterior.	Meta não alcançada
Quantidade de veículos flex (unidades)	54	54	0,0%	Manter o total de 54 veículos, em relação ao ano anterior.	Meta alcançada
Consumo total de copos descartáveis para água e café (centos)	32.062	4.638	- 85,53%	Manter o consumo igual a 12%, em relação ao ano anterior.	Meta superada
Consumo total de papel (resmas)	13.533	2.415	- 82,15%	Manter o consumo igual a 12%, em relação ao ano anterior.	Meta superada
Quantidade de impressão (folhas)	4.312.218	1.838.605	-57,36%	Reduzir a quantidade de impressão em 5%, em relação ao ano anterior, nas unidades com sistema <i>outsourcing</i> instalado.	Meta superada
Consumo de embalagens descartáveis para água mineral (1,5l e 500ml)	37.560	13.188	-64,89%	Reduzir o consumo em 9%, em relação ao ano anterior.	Meta superada
Consumo de embalagens retornáveis para água mineral (garrafas 20l)	12.651	8.811	-30,35%	Reduzir em 7% o consumo, em relação ao ano anterior.	Meta superada
Consumo de energia elétrica (kw)	6.749.735	5.049.072	-25,20%	Reduzir em 5% o total do consumo, em relação ao ano anterior.	Meta superada
Ações de inclusão (quantidade)	14	22	+57,14	Realizar 03 ações, em 2020.	Meta superada

Quantidade de ações solidárias	307	37	-87,95%	Realizar 02 ações, em 2020.	Meta superada
Ações de capacitação e sensibilização (quantidade)	228	52	-77,19%	Realizar 24 ações, em 2020.	Meta superada
Quilometragem (km)	1.677.909	1.027.803	-38,75%	Reduzir em 2%, em relação ao ano anterior	Meta superada
Quantidade de Veículos (unidades)	87	89	+2,30%.	Aumentar em 2%, em relação ao ano anterior	Meta superada
VD - Quantidade de veículos a diesel (unidades)	33	35	+6,06%	Aumentar em 6% o total de unidades, em relação ao ano anterior.	Meta superada
Consumo de gasolina (lts)	87.600,54	49.841,84	-43,10%	Reduzir o consumo em 2%, em relação ao ano anterior.	Meta superada
Consumo de etanol (lts)	86,48	219,76	+154,12%	Elevar o consumo em 25%, em relação ao ano anterior.	Meta superada
Consumo de diesel (lts)	111.505,79	85.746,21	-23,10%	Reduzir o consumo em 1%, em relação ao ano anterior.	Meta superada

QUADRO RESUMO PLS-PJTO 2020 - EVOLUÇÃO DOS GASTOS DE CUSTEIO (R\$)

INDICADOR	2019	2020	PERCENTUAIS 2020/2019	REDUÇÃO/AUMENTO (R\$) - 2020	META 2020	SÍMBOLO
Gasto total com papel próprio (R\$)	R\$ 204.521,02	R\$ 36.023,90	- 82,39%	- R\$ 168.477,12	Não estipulada	-
Gasto total com copos descartáveis para água e café (R\$)	R\$ 95.263,81	R\$ 9.917,74	-89,59%	- R\$ 85.346,07	Não estipulada	-
Gasto com água mineral em embalagens descartáveis 1,5 e 500ml (R\$)	R\$ 63.149,00	R\$ 20.266,44	-67,91%	- R\$ 42.882,56	Não estipulada	-
Gasto com água mineral em embalagens retornáveis 20l (R\$)	R\$ 134.486,68	R\$ 74.320,16	-44,74%	- R\$ 60.166,52	Não estipulada	-
Gasto com contratos de terceirização de impressão (R\$)	R\$ 642.018,65	R\$ 423.647,04	-34,01%	- R\$ 218.371,61	Não estipulada	-
Gasto com aquisição de suprimentos de impressão (R\$)	R\$ 153.824,04	R\$ 30.001,91	-80,50%	- R\$123.822,13	Não estipulada	-
Gasto com o contrato de motorista (R\$)	R\$ 1.376.348,69	R\$ 1.036.615,05	-24,68%	- R\$ 339.733,64	Não estipulada	-
Gasto com telefonia móvel (R\$)	R\$ 464.352,94	R\$ 482.352,52	+3,88	+R\$ 17.999,58	Não estipulada	-
Gasto com energia elétrica (R\$)	R\$ 4.873.709,16	R\$ 3.893.062,13	-20,12%	- R\$ 980.647,03	Manter a média do gasto de 13%, em relação ao ano anterior.	Meta não alcançada
Gasto com telefonia fixa (R\$)	R\$ 458.756,38	R\$ 515.949,11	+12,47%	+ R\$ 57.192,73	Reduzir o gasto em 3%, em relação ao ano anterior.	Meta não alcançada

Gasto com água (R\$)	R\$ 818.487,41	R\$ 641.759,65	-21,59%	- R\$ 176.727,76	Manter a média do gasto de 5%, em relação ao ano anterior.	Meta não alcançada
Gasto total com contratos de vigilância armada no período-base (R\$)	R\$ 4.743.491,52	R\$ 4.743.491,52	-0%	R\$ 0,0	Elevar os gastos em 5%, em relação ao ano anterior.	Meta não alcançada
Gasto com reformas no período base (R\$)	R\$ 3.750.838,89	R\$ 4.025.185,24	+7,31%	+ R\$ 274.346,35	Elevar o gasto em 2,5%, em relação ao ano anterior.	Meta superada
Gastos com contratos limpeza no período-base (R\$)	R\$ 8.721.435,61	R\$ 6.693.968,83	-23,25%	- R\$ 2.027.466,78	Reduzir em 2% o total de gastos, em relação ao ano anterior.	Meta superada
Gasto com manutenção de veículos (R\$)	R\$ 763.675,51	R\$ 430.112,38	-43,68%	- R\$ 333.563,13	Reduzir o gasto em 5%, em relação ao ano anterior.	Meta superada
Total de redução dos gastos: R\$ 4.577.204,35						

AÇÕES A SEREM EXECUTADAS NO CICLO 2.021 DO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

- Instituir ações do Plano de Logística Sustentável nas comarcas do interior;
- Executar o projeto de Contratação Sustentável;
- Executar as ações do projeto Gestão Efetiva;
- Executar o desenvolvimento do sistema eletrônico PLS-PJTO;
- Executar o desenvolvimento de painéis de inteligência de dados (BI);
- Executar as ações do projeto REDE TO SUSTENTÁVEL;
- Realizar os eventos de comemoração ao mês do meio ambiente;
- Executar o projeto Agenda Ambiental de Miranorte;
- Executar as ações do projeto estratégico de Reuso de águas pluviais;
- Executar as ações do projeto estratégico de Eficiência energética;
- Executar as ações do projeto Coleta Seletiva Solidária;
- Executar ações de eficiência hídrica;
- Executar ações de acessibilidade e inclusão;
- Monitorar, por meio do sistema de Informação e Gestão Socioambiental (SIGA) as todos os indicadores contemplados no PLS-PJTO;
- Executar ações de qualidade de vida;
- Executar ações solidárias;
- Promover o plantio de mudas de plantas nas dependências das Unidades;
- Divulgar os resultados apresentados no Relatório de Desempenho do PLSPJTO;
- Promover campanha que promovam a sensibilização do corpo funcional quanto ao uso racional

dos recursos econômico, ambiental e social disponíveis;

Realizar ações de capacitação e sensibilização, na forma presencial e EAD, relacionadas ao uso racional dos recursos econômico, social e ambiental;

Implantar o sistema de controle de impressão nas demais unidades;

Implantar o sistema de controle de frota de veículos oficiais;

Promover ações de responsabilidade socioambiental em todas as unidades do PJTO;

Acompanhar a implementação da Recomendação TJTO 11/2019 e os impactos que poderá causar nos resultados dos indicadores do PLS-PJTO;

Acompanhar a implementação da Resolução TJTO 53/2019, e os impactos que poderá causar nos resultados dos indicadores do PLS-PJTO;

Acompanhar a implementação da Resolução TJTO 65/2019, e os impactos que poderá causar nos resultados dos indicadores do PLS-PJTO;

Acompanhar a implementação da Instrução Normativa nº 09/2.019, e os impactos que poderá causar nos resultados dos indicadores do PLS-PJTO.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Quinta edição do Relatório de desempenho permite conhecer os resultados obtidos na execução do Plano de Logística Sustentável ano-base 2020. Foram executadas 86 ações e tratados 117 indicadores. Destes, 88 indicadores não foram contemplados com instituição de metas.

Verificou-se que foram pactuadas 22 metas de consumos para os indicadores constantes dos temas de Vigilância, Água, Água envasada, Veículos, Copos descartáveis, Papel, Combustível, Impressão, Energia elétrica e para os temas de Qualidade de vida e Capacitação e sensibilização socioambiental com previsão de metas para aferir a quantidade de ações realizadas e o total de participação do corpo funcional em tais ações.

Os resultados foram satisfatórios, pois 16 metas foram superadas e alcançadas restando apenas 06 com resultado abaixo do esperado.

Para aferir o total de gastos foram instituídas 7 metas as quais contemplaram os indicadores de telefonia, vigilância, reformas, limpeza, veículos, água, energia elétrica, impressão. Os resultados obtidos demonstraram que 03 metas foram superadas e 4 não alcançaram resultados satisfatórios.

Conforme demonstrado no Quadro Resumo, a economia alcançada foi de R\$ 4.557.204,35. Este resultado é reflexo da efetividade das ações executadas relacionadas, especialmente, aos temas Limpeza, Veículo, Energia, Impressão, Copo, Água, Papel, Água envasada.

Em contrapartida, os indicadores Telefonia fixa e móvel apresentaram elevação de gastos. Justifica-se a obtenção desse resultado devido a forte demanda de uso dos serviços de telefonia e transmissão de dados surgida em razão da Pandemia COVID-19. Outros fatores externos contribuíram para o não alcance de algumas metas, a exemplo, o aumento da inflação e de tarifas relacionadas ao consumo e gasto.

Note-se, ser vital para o alcance do ponto de equilíbrio do gasto e do consumo, bem como a disponibilização da quantidade ideal de recursos necessários para execução das atividades desempenhadas por uma unidade de trabalho, sem prejuízo de sua eficiência conforme definido na Resolução CNJ 201/2015, que é necessário o alinhamento das ações planejadas em cada ciclo de execução do Plano de Logística Sustentável com as demais ações do Órgão.

Em 2021, enfrentaremos o grande desafio de melhor alinharmos as ações constantes do PLS-PJTO aos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas constante da Agenda 2030, com o intuito de atender as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça. O objetivo, no entanto, continuará sendo: garantir a cidadania por meio da distribuição de uma justiça célere, segura e eficaz sem deixar de observar os princípios que regem a sustentabilidade em todas as suas dimensões.

Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável



RELATÓRIO DE DESEMPENHO DO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

**ANO
BASE
2020**

